

Mátria

ISSN 1980-8994



Ano 13
Vol.1 No.13
Edição 2015



**O QUE PENSA
A NOVA
GERAÇÃO DE
PROFESSORAS
NO BRASIL**

EXCLUSIVO

**Entrevista da
Ministra Eleonora
Menicucci, SPM**

POLÍTICA

**A nova
configuração
feminina**

Suelem Jobim,
Professora de Ensino
Fundamental em Brasília

Sumário



Capa: Bruno Soares
Foto: Gui Teixeira

EDITORIAL

1

Mátria, educadora como nunca

Diretoria Executiva da CNTE

ARTIGOS

30



Gênero e valorização
profissional da docência

Mária Ondina Vieira Ferreira

38



Em descompasso
com a sociedade

Jacira Vieira de Melo e Luciana Gomes de Araujo

58



Frente à mídia

Rachel Moreno

ENCARTE TEÓRICO

43



Mulheres nas eleições de 2014 no
Brasil – *elegibilidade*, um desafio
que permanece

Clara Araújo

REPORTAGENS

MULHERES INDÍGENAS

2



Direito da tribo para a cidade

Karina Vilas Boas

VIOLÊNCIA

6



Punição rigorosa para os
crimes contra mulheres

ENTREVISTA

9



Ministra Eleonora Menicucci
Por um Brasil mais feminino

Katia Maia

REALIDADE

14



Dançando com Miley

Katia Maia

SAÚDE

20



A vida começa depois dos 30

DIVERSIDADE

22



De papel passado

Ana Paula Domingues

CAPA

25



Elas não fogem à luta!

PERSONAGEM

33



Malala Yousafzai
Educar meninas, libertar mulheres

MERCADO DE TRABALHO

34



Elas sabem mais, mas
ainda ganham menos

MULHERES NA POLÍTICA

36



Maioria nas urnas e
minorias entre os eleitos

MULHERES NA JUSTIÇA

50



Justiça sem perder a temura

IGUALDADE

52



Desaprendendo o racismo

Marcionila Teixeira

MULHERES NA MÍDIA

56



Elas querem se ver mais

MULHERES DO BRASIL

60



Elas fizeram história

MÁTRIA: a emancipação da mulher / Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação (CNTE) – ano 13 (mar. 2014/mar. 2015)
– Brasília: CNTE, 2003-
Anual
ISSN 1980-8984

1. Direitos da mulher. 2. Gênero. 3. Feminismo. I. Título. II.
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

CDD 305.42
CDU 396(05)

Bibliotecária: Cristina S. de Almeida CRB 1/1817

62 GIRO

63 INTERAGINDO

64 SUGESTÃO DE ATIVIDADES

Esta edição foi fechada em Brasília no dia 10 de fevereiro de 2015. Confira também a versão eletrônica no site: www.cnte.org.br
A CNTE autoriza a reprodução do conteúdo desta revista com a devida citação da fonte.

Mátria, educadora como nunca

A Revista Mátria sempre procurou, ao longo de seus treze anos de existência, promover o debate e instigar a discussão em torno de temas de destaque no dia a dia do País e, principalmente, do universo feminino. Questões que merecem o olhar atento, a reflexão sobre o papel da mulher e a posição da sociedade em relação a ela.

Nesta edição de 2015, a Revista se volta mais ainda para a educação como o fio condutor de toda a discussão que move e promove mudanças no mundo não só da mulher, mas de toda uma sociedade. Sempre ampla e diversificada na abordagem que dá ao universo feminino e feminista, Mátria mostra que é ela, a educação, o alicerce e o pontapé essenciais para transformar a realidade para melhor.

Percebe-se isso quando vemos que a própria Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, em entrevista exclusiva à Revista, faz questão de destacar que sempre foi professora, começou a sua carreira na profissão e não abandonou nunca a sua escolha, levando-a para a militância, para a luta contra a ditadura e por toda a sua trajetória até os dias atuais.

Embora a profissão de professor e professora esteja em constantes dificuldades, ela ainda é valorizada pela população brasileira, que considera o ofício o mais importante para o futuro do País. Apesar de apenas 15% dessa mesma população pensar em se tornar professor, uma legião de mulheres ainda faz do ofício o desafio diário de quem acredita que é possível fazer a diferença na vida das pessoas.

Em qualquer lugar, a educação é caminho para libertar as mulheres. Malala Yousafzai, paquistanesa com apenas 17 anos, tornou-se a mais jovem ganhadora do Prêmio Nobel da Paz por ter ousado defender, colocando sua vida em risco, o direito de as meninas irem à escola.

No mundo feminino e feminista há espaço para Malalas, Carmens, Célias. Elas fizeram da educação uma ferramenta poderosa na busca pela igualdade e promovem verdadeiras revoluções na vida de seus alunos e comunidade escolar com projetos pela igualdade.

E é também ela, a educação, apontada por especialistas como a principal arma contra as drogas, um mal que tem feito cada vez mais jovens vítimas do vício. A educação se destaca na hora de proteger crianças e adolescentes para que não sejam tragados por substâncias químicas e tenham suas vidas editadas precocemente. Este ano, Mátria está mais educadora e reflete o que se busca cada vez mais no Brasil: uma pátria educadora.

Boa leitura.

Diretoria Executiva da CNTE

Direto da tribo para a cidade

Organizadas, elas garantem no comércio o sustento da família

Por **Karina Vilas Boas**
Fotos: **Isaias Júnior**



Entre os indígenas não há classes sociais como as do homem branco. A terra, por exemplo, pertence à toda comunidade. O trabalho na tribo é realizado por todos, porém possui uma divisão por sexo e idade. As mulheres são responsáveis pela comida, crianças, artesanato, colheita e plantio. Já os homens ficam encarregados do trabalho mais pesado: caça, pesca, guerra e derrubada das árvores.



Vanda: "Nós, mulheres, tradicionalmente, sempre viemos para a cidade comercializar"

os Kadiwéu, com uma população de 1500 pessoas.

As mulheres indígenas desempenham historicamente um papel fundamental como agentes de mudança nas famílias, comunidades e na vida de seus povos. Em MS não é diferente, como deixam claro as mulheres terenas que trabalham de domingo a domingo na Feira Indígena, localizada na Praça Oshiro Takimori, em Campo Grande, capital de MS.

Na Feira Indígena do Mercado Municipal, cerca de 50 mulheres indígenas, de comunidades e etnias diferentes, se revezam na venda de produtos feitos nas aldeias do interior, principalmente de Aquidauana, Anastácio e Miranda, no Pantanal. Embora o espaço destinado às etnias do estado tenha sido construído em 1998, a história dos índios no Mercado não é recente. Desde 1967, indígenas de aldeias do interior já utilizavam a atual praça para comercializar frutas e ervas.

De acordo com a indígena terena Vanda de Albuquerque, de 48 anos, presidenta da Associação das Feirantes, o espaço de comercialização dos produtos indígenas, como artesanatos, flores, mel, frutas, palmito, feijão verde, pequi, mandioca, entre outros, é uma conquista específica das mulheres. "Nossos companheiros cuidam da produção em nossas aldeias e nós mulheres, tradicionalmente, sempre viemos para a cidade comercializar. Aqui, mesmo antes da praça, já era um ponto histórico de venda nosso, mas sofriamos demais com a falta de estrutura e o preconceito dos demais feirantes. Nos organizamos e fomos reivindicar um espaço melhor que resultou nesse", explica.

Vanda conta que antigamente, antes da construção do local, as mulheres indígenas dormiam no mesmo lugar da Feira. Atualmente, após uma parceria do estado com o Governo Federal, existe uma casa, no centro da cidade, que abriga as feirantes durante

Feira Indígena do Mercado Municipal: cerca de 50 mulheres indígenas se revezam na venda de produtos



O Mato Grosso do Sul (MS) é o segundo estado brasileiro de maior população indígena. É estimado que sejam cerca de 63 mil cidadãos, com destaque para os Kaiowá e Guarani, o maior contingente populacional, com 40 mil pessoas, os Terena, com 23 mil, e



o período das vendas. “Percebemos que através de uma organização, com uma associação, poderíamos conquistar mais do que a Feira e também dar um pouco de dignidade às mulheres indígenas, que vêm buscar aqui o sustento de suas famílias”, disse.

Moradora da aldeia Bananal, em Aquidauana, Júlia da Silva Marques, de 78 anos (foto), ressalta emocionada que criou sete filhos graças à comercialização na Feira. “Estou aqui desde 1983, venho quase todas as semanas, trazendo a saudade da família e a esperança de realizar boas vendas e conseguir suprir as nossas necessidades em casa. Tenho sete filhos, cinco homens e duas mulheres, todos estudaram e seguiram seu caminho, foram criados com o dinheiro que consegui aqui. Tenho um grande carinho pela luta das mulheres que conquistaram esse espaço”, ressalta.



Artesanato Indígena

De acordo com dados do poder público do Estado, o artesanato indígena, principalmente nas comunidades Terena, é o responsável por 86% da renda da família e é uma cultura tradicional, que passa de mãe para filha.

Comercialização do artesanato

Tanto na Feira do Mercado Municipal, quanto em outros pontos da capital, o artesanato indígena, com destaque para o Terena e Kadiwéu, é muito presente. Nas produções dos terenas os motivos tribais estão em cerâmicas, adornos e objetos feitos com palha, barro e tecelagem. Já no artesanato Kadiwéu, a matéria-prima é o barro.

Em prédios públicos, como a Casa do Artesão, no centro de Campo Grande, é possível encontrar grande variedade de artesanato indígena. O prédio, construído na década de 1920, hoje comercializa peças das mais diversas etnias.

Outro local de destaque da venda do artesanato das mulheres indígenas em Campo Grande é o Memorial da Cultura Indígena, um centro cultural brasileiro, situado na Aldeia Urbana Marçal de Souza, única do Brasil. É um espaço que resgata a cultura indígena, com acervo variado de cerâmica Terena, artesanatos em palha, telas e abajures com material e motivos indígenas, além de literatura específica.

Segundo informações do poder público, cada local de venda dos artesanatos possui uma política de funcionamento, desde o cadastramento das peças e a venda ao repasse do recurso para as artesãs.



Direitos iguais



Indígenas estão mais atuantes no debate de gênero

De acordo com a publicação “Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas”, do Instituto de Estudos Socioeconômicos do Brasil (Inesc), nas décadas de 1970 e 1980, as questões de gênero no meio indígena brasileiro eram tratadas quase que exclusivamente por lideranças femininas. Mulheres que se destacavam eram acolhidas nas campanhas por direitos humanos como porta-vozes das comunidades e povos indígenas do País.

O estudo do Instituto mostra que ao mesmo tempo em que as mulheres indígenas passam a participar das discussões e das campanhas reivindicatórias mais gerais dos indígenas com o Estado brasileiro (como o direito territorial; o direito à saúde; à educação escolar adequada; a um ambiente saudável; ao controle e à auto-determinação sobre os recursos naturais e à biodiversidade localizada nos seus territórios; à proteção e ao apoio dos órgãos do Estado de defesa dos direitos humanos), elas trazem novas pautas e preocupações. Enriquecem debates, com avaliações e demandas dos espaços específicos em que atuam como mulheres.

O levantamento do Inesc mostra que somente há alguns anos as indígenas passaram a se organizar como movimentos femininos para discutir questões de gênero, o que também para elas ainda é um tema muito recente e pouco claro. Em termos conceituais, apesar de estarem discutindo entre mulheres, acabam discutindo as políticas gerais voltadas para a comunidade. Na maioria das vezes, as suas demandas são para as questões da saúde e da educação indígena, sem se atentarem propriamente para o enfoque de gênero.

De acordo com a indígena terena de Aquidauana, Zeli Luis Paes (foto), de 53 anos, para as mulheres indígenas os desafios surgem muito cedo, pois, com o casamento, a comunidade espera que elas sejam boas esposas, cuidando da casa e dos filhos. “Se uma mulher quer seguir um rumo diferente na sua vida, tem que enfrentar alguns preconceitos, pois a comunidade questiona porque uma mulher casada procura um modo diferente para sua vida. Atualmente



essa perspectiva vem mudando, mas a comunidade ainda tem aquele pensamento de que os homens devem sustentar a família”, ressalta.

Zeli explica que, a cada dia, as mulheres estão conquistando espaço dentro das aldeias. “Devido a nossas novas posições, precisamos ter formação acadêmica, melhorando nossa capacidade de nos organizarmos em movimentos, associações e contribuir com todos os debates da comunidade”, conclui.

Punição rigorosa para os crimes contra mulheres

Congresso vota leis mais rígidas para promover a segurança delas

O projeto de lei que define o feminicídio como hediondo (PLS 292/2013) nasceu na CPI Mista da Violência contra a Mulher. Na justificativa da proposta, a comissão destaca que a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) foi um ponto de partida, e não de chegada, no combate à violência contra a mulher. O projeto também deixa claro que a aplicação da pena não elimina punições por demais crimes a ele associados, como estupro.

A matéria foi aprovada por unanimidade no Senado em 2014 e encaminhada à Câmara dos Deputados. A coordenadora da Bancada Feminina da Câmara, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), considera o projeto prioritário: “Os projetos de interesse das mulheres costumam ter tramitação lenta na Câmara. Por isso, a bancada feminina vai cobrar dos deputados agilidade para colocar esses projetos na ordem do dia,

incluindo o do feminicídio”. A deputada ressalta que a lei vai trazer maior rigor na punição aos criminosos que atentam contra a vida das mulheres.

Pela proposta aprovada no Senado, o crime é definido como o homicídio praticado contra a mulher por razões de gênero, quando houver violência doméstica ou familiar, violência sexual, mutilação da vítima ou emprego de tortura. A pena definida pelo Código Penal é de 12 a 30 anos de reclusão, que será aumentada em $\frac{1}{3}$ até a metade se o crime for praticado contra a gestante ou nos três primeiros meses após o parto e ainda contra menores de 14 anos ou deficiente.

Juntamente com a caracterização do feminicídio, outro projeto cria um fundo para garantir recursos para o pagamento de um benefício às mulheres vítimas de violência, que não possam ir com seus filhos para um abrigo. O Fundo Nacional

de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher será formado por dotações orçamentárias, doações de pessoas físicas ou jurídicas e repasses de convênios.

Mulheres devastadas

Levantamento do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2014 aponta que 4.580 mulheres morreram em 2013 no País pela simples razão de ser mulher. A taxa anual de mortes de mulheres está próxima dos 5 homicídios para cada grupo de 100 mil mulheres.

4.580 mulheres morreram em 2013 no País pela simples razão de ser mulher



CLIQUE AQUI E VEJA MAIS IMAGENS DE GRAFITES

Jovens decoram com grafites temáticos os muros do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro para marcar o Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher

Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

“Os crimes de feminicídio têm devastado o Brasil. São praticados com requintes de crueldade e terror pela carga de ódio, na sua grande maioria, quando as mulheres decidem dar um basta numa relação”, declarou a representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman, durante encontro promovido pela ONU Mulheres, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e pelo Ministério da Justiça.

Agressões no Parlamento

Em 2014, a agressão contra a mulher esteve dentro do próprio Parlamento, com o comportamento desrespeitoso do Deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), contra a também deputada Maria do Rosário (PT-RS). A aprovação do projeto “é uma resposta do Parlamento a casos recentes de violência contra a mulher, a exemplo da declaração do deputado

Bolsonaro de que só não estupraria a deputada Maria do Rosário porque ela não merecia”, destacou a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Dentro de casa

Casos de violência contra a mulher são uma triste realidade que reside nos lares do País e muitas vezes passam despercebidos sob um xingamento, um empurrão ou o simples fato de impedir a mulher de sair de casa. Atitudes que 55% dos homens admitiram ter praticado na pesquisa “Violência Contra a Mulher: o Jovem está Ligado?”. O estudo foi feito pelo Instituto Data Popular, sob encomenda do Instituto Avon, com base em uma lista de agressões apresentadas sobre algum tipo de ataque sofrido.

O levantamento revelou que 66% das mulheres responderam que já foram vítimas de algum tipo de violência, inclusive psicológica, de

não deixar usar determinada roupa, humilhar em público, dar um soco, obrigar a ter relação sexual sem vontade e ameaçar com arma, entre outras.

Em 2013, 50,3 mil mulheres foram vítimas de estupro, um caso a cada dez minutos, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. De acordo com especialistas, esse número pode ser muito maior devido à subnotificação dos casos. Assim, estima-se que a ocorrência possa chegar a 143 mil estupros no período.

Em sintonia com a ONU

A inclusão do feminicídio no Código Penal está em sintonia com recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU). O crime já foi tipificado em vários países da América Latina: Costa Rica (2007), Guatemala (2008), Chile (2010), Peru (2011), El Salvador (2012), México (2012) e Nicarágua (2012).



Por um Brasil mais feminino

Confirmada para fazer parte do governo da presidente Dilma Rousseff em seu segundo mandato, a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, recebeu a nossa reportagem no dia seguinte à sua posse, em Brasília, para um bate papo consistente e descontraído sobre a situação da mulher brasileira, os avanços e conquistas, os caminhos a percorrer e os desafios a vencer.

Segundo a ministra, o Brasil hoje “tem a assinatura, o sangue e a história de milhares de mulheres que ainda estão aí”. Ela falou de sua carreira como professora primária, da militância na CUT e do movimento feminista e feminino, que faz da mulher brasileira uma das mais engajadas e lutadoras.

Por **Katia Maia**
Fotos: **Joel Almeida**

Revista Matria: Ministra, de onde saímos, no primeiro mandato da Presidenta Dilma e aonde chegamos? Gostaria que a senhora fizesse um balanço.

Eleonora Menicucci: Nós fizemos uma gestão transversal com um comitê de monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres composto por todos os ministérios. Cada um com um comitê para monitorar as políticas na perspectiva de gênero. Isso é política transversal e a transversalidade das ações.

No Ministério do Desenvolvimento Social, por exemplo, com o Bolsa Família. Na Saúde, com a saúde integral da mulher. Na Apex, premiando empresas com boas práticas de gênero. No Desenvolvimento Agrário, com a implementação de políticas para as trabalhadoras do campo, das florestas e das águas, que vão desde o fornecimento da documentação, titularidade da terra e dos ônibus para enfretamento da violência.

E na educação? Na educação temos vários editais em conjunto com o MEC que promovem as escolas fundamentais com boas práticas de gênero que já estão na nona edição.

Participamos efetivamente na implantação do PNE, discutindo com o Conselho Federal de Educação a inclusão de três grandes temáticas nos currículos: a violência contra as mulheres, a perspectiva de gênero e a questão de raça e preconceito.

Com a Secretaria de Direitos Humanos temos muita afinidade em todas as ações no que se refere

aos direitos humanos das mulheres. Mas destaco o “Viver Sem Limites” que é das mulheres com deficiência. Já lançamos as mesas obstétricas adaptadas para as mulheres com deficiência.

Com a questão LGBT, criei aqui na secretaria uma coordenadoria da diversidade que trabalha com as várias identidades e também uma assessoria especial para mulheres do campo, da cidade e da floresta. Com a PEC das domésticas, contamos agora com o trabalho decente e a Convenção 189 da OIT das trabalhadoras domésticas.

A violência é um assunto recorrente quando se trata de cuidar e de garantir condições dignas para as mulheres. O que tem sido feito nesse sentido? Temos a Política

Nacional de Enfretamento à Violência que é a capilarização cada vez maior do Pacto Nacional de Enfretamento à Violência com a criação de redes de serviços nos municípios pólos do País inteiro.

A transformação do Disque 180 foi, sem dúvida, um avanço muito grande porque as denúncias das mulheres passaram a ser resolvidas imediatamente. Elas são encaminhadas aos órgãos competentes e se transformam em processo. Então, a resolução é mais rápida. Nós atendemos também mulheres em três países, Portugal, Espanha e Itália, e pretendemos ampliar.

Temos um trabalho muito forte de execução com o Ministério da Justiça com o “Mulher Viver Sem Violência”. Investimos nas mulheres em situação de prisão. Já criamos em alguns presídios salas de amamentação, por exemplo.

E o atendimento à mulher? A primeira Casa da Mulher Brasileira inaugurada na última semana de janeiro em Campo Grande conta com apoio de profissionais voltados e qualificados para a questão, com a defensoria e acordos com órgãos ligados ao Sistema ‘S’ para capacitação e oferta de linhas de microcrédito para as mulheres romperem o ciclo da violência. A segunda casa foi inaugurada em Brasília, em março. A terceira em Curitiba, em abril e até o fim do ano inauguraremos entre 9 e 12 nas capitais.

E quanto às mulheres que estão em áreas mais distantes do País, como as fronteiras, por exemplo? Já iniciamos uma política de

“Participamos efetivamente na implantação do PNE, discutindo com o Conselho Federal de Educação a inclusão de três grandes temáticas nos currículos: a violência contra as mulheres, a perspectiva de gênero e a questão de raça e preconceito”



criação de núcleos de atendimento às mulheres em situação de violência nas fronteiras secas para diminuir e impedir o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Já temos em Pacaraima, no Oiapoque, e em Foz do Iguaçu. Estamos reformando esses equipamentos e vamos criar mais sete.

Entregamos ainda 54 ônibus para estados e municípios que prestam serviço integrado de enfrentamento de violência às mulheres no campo e na floresta. Todos estão em funcionamento, com exceção do estado de São Paulo.

Qual o reflexo desses ônibus? Eles impactaram enormemente na vida das mulheres na região em que atuam. Foi a primeira vez na história do Brasil que chegou uma

“Entregamos, ainda, 54 ônibus para estados e municípios que prestam serviço integrado de enfrentamento de violência às mulheres no campo e na floresta. Todos estão em funcionamento, com exceção do estado de São Paulo”

política pública nessas regiões e elas se sentiram acolhidas. Elas são atendidas, orientadas e, quando necessário, encaminhadas para o município mais próximo com infraestrutura mais adequada.

Para as populações ribeirinhas temos a Caixa Econômica com o Barco Agência, que navega no arquipélago da Ilha do Marajó e começaremos navegar no rio Amazonas. Foi um impacto impressionante. Começamos pelos municípios mais pobres no País, em Melgaço, com o menor Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, do País.

Eu trabalho com enfrentamento à violência há muitos anos e tenho a convicção de que o governo conseguiu universalizar o acesso das mulheres aos serviços de enfrentamento.

Está satisfeita? Temos que fazer mais? Temos! Temos que aumentar esses equipamentos? Temos. Mas conseguimos universalizar os acessos. Tanto é que o aumento de denúncias no 180 foi assustador. Sobretudo nos municípios até 50 mil habitantes, onde não se chegava nada.

E a autonomia econômica das mulheres? Essa é outra área que eu quero ponderar. Nós temos um programa exitoso que é o “Pró-Equidade de Gênero e Raça”, hoje com 83 empresas inscritas. Está na 5ª edição e a nossa meta é até o fim do ano atingirmos 100 empresas, no mínimo. Isso sem dúvida nenhuma muda o paradigma das organizações de trabalho na perspectiva de gênero. Temos também outra linha de atuação que é com mulheres empreendedoras do campo, da floresta e da cidade, incluindo as pequenas e médias empresárias e as catadoras.

E na política? Como garantir igualdade de acesso às mulheres nessa área? A articulação política é um nó! Temos uma Presidenta reeleita e isso não reflete diretamente na eleição nem de governadora e tão pouco de parlamentares. O número subiu no Congresso, de 48 para 51 parlamentares, mas é mínimo, não chega a 13%.

Agora, onde está o buraco? Está nos valores culturais, patriarcais e machistas que imperam na maioria dos partidos. Por mais que se tenha cota e diretrizes, os recursos e tempo de televisão não são destinados equitativamente. Nós evidentemente precisamos, este ano,

fortalecer a proposta da Presidenta de reforma política, com a inclusão da lista paritária de gênero. Esse é o um dos maiores desafios.

E o que a senhora vislumbra pela frente? Nunca foi feito tanto pela política para as mulheres como no governo Dilma. Triplicaram nossos recursos, as possibilidades, concursos para carreiras de servidoras. Agora, quanto mais se faz, mais desafios se tem, mais se abre o leque.

Nesses próximos 4 anos, temos que inaugurar as 26 casas, fazê-las funcionar aumentar o número de barcos, ônibus, mulheres eleitas no legislativo, aprovar a lei salário igual, trabalho igual, aprovar a convenção 189, aprovar e discutir na sociedade um Projeto de Lei que criminalize a homofobia, porque não podemos

conviver com nenhuma morte de pessoas pelo fato de ser mulher, jovem negro, lésbica, gay, travesti, indígena, pobre.

Esses preconceitos e essa intolerância à diferença geram violência que podem se transformar em tragédias e barbáries públicas. A perda de uma vida por uma escolha que ela faz na vida é lamentável. Não podemos permitir isso.

A senhora acredita num Brasil mais feminino? Acredito. Estamos trabalhando para isso e acho que temos hoje um Brasil muito mais feminino, tanto no protagonismo das mulheres que foi posto à luz, tirado debaixo do tapete, pela participação de mulheres, por movimentos de mulheres, feminista, da sociedade civil que tem mulheres nas entidades, associações, redes, sindicatos, confederações.

As líderes? Não são somente as lideranças. São as anônimas que entraram para o mercado de trabalho na década de setenta e não saíram mais. Não voltaram para o fogão e para o tanque. Mesmo com a tripla jornada de trabalho. Eu tenho um casal de filhos, e eles já são de uma geração que olha diferente, por mais que tenham uma juventude que ainda aceita conviver com trotes bárbaros como aqueles na USP, em São Paulo. Então, acho que esse século é o das mulheres. Sem dúvida nenhuma.

A mulher brasileira é engajada em causas? É, e muito. Eu mesma venho de uma militância feminista, na CUT, na academia, com pesquisas voltadas para temas

“Temos uma Presidenta reeleita e isso não reflete diretamente na eleição nem de governadora e tão pouco de parlamentares. O número subiu no Congresso, de 48 para 51 parlamentares, mas é mínimo, não chega a 13%”

femininos e feministas e a minha geração toda que se exilou, foi presa, sobrevivente, se engajou muito no feminismo e criou muitas mulheres sujeitas da sua própria história. A história do Brasil hoje tem assinatura, sangue e história de milhares de mulheres que ainda estão aí.

Como a senhora definiria o movimento de mulheres no Brasil? Eu acho que o movimento de mulheres no Brasil não tem nada a temer em relação aos de outros países. Quero inclusive destacar a luta anônima daquelas que saem de casa às 4h da manhã para trabalhar na casa de outras mulheres.

Acho que as mulheres estão engajadas de diferentes formas. A que segura a casa, trabalhando fora e a que não trabalha fora, mas desenvolve todo o trabalho doméstico não remunerado, ela é uma heroína.

As professoras do Brasil também enfrentam jornadas duras de trabalho. Eu tenho o maior respeito pelas professoras. Eu fui, eu sou professora primária. Eu fiz concurso público em Belo Horizonte. Comecei ali e a minha carreira inteira é de professora. Eu tenho respeito pela carreira, a nossa carreira, que é muito desprestigiada. Acho que se olharmos para as professoras, cada um tem uma lembrança de uma que marcou a sua vida. Ela é muito fundamental.

A Mídia e a imagem da mulher que é passada pelos meios de comunicação é outro tema que tem suscitado bastante debate. Qual a opinião da senhora em

relação a esse tema? O governo está em processo de discussão da regulação e no momento certo o ministro Ricardo Berzoini abrirá uma discussão interna no governo sobre esse tema. Não sou favorável a essa ditadura da magreza, do corpo perfeito, dessas plásticas e cirurgias que arrebatam o corpo, dessa loucura de algumas mulheres com hidrogel, por exemplo.

Acho que a mulher tem o direito de escolha, mas pessoalmente não concordo com o uso do corpo da mulher para qualquer tipo de propaganda que não seja referente ao lugar dela na sociedade e de dar a ela o direito de escolha.

Tenho uma posição: não gosto de mulher pelada em oficina mecânica, nos calendários. Acho que a Rita Lee define muito o que eu



penso, na música que diz que nem toda brasileira é bunda. Eu acho que a mulher brasileira é uma mulher muito determinada, séria, batalhadora, competente não importa o corpo que ela tenha.

Qual a mensagem que a senhora gostaria de passar para as mulheres? Vou falar primeiramente à todas as educadoras, profissionais da educação e dizer meu muito obrigada a todas pelos trabalhos maravilhosos que desenvolvem para a sociedade brasileira e para construirmos de verdade uma pátria educadora.

Quero reafirmar que elas são responsáveis pela pátria educadora, que é mais do que a educação formal, ela embute a cidadania, respeito de ir e vir, direitos, igualdade de oportunidades, viver sem violência seja ela qual for.

Tenho orgulho de ser professora por isso compartilho com todas as professoras do Brasil. Em qualquer instância e esfera o meu respeito e admiração pelo que elas fazem anonimamente e diuturnamente para a contribuição, conhecimento e cidadania brasileira.

“ O movimento de mulheres no Brasil não tem nada a temer em relação aos de outros países. Quero destacar a luta anônima daquelas que saem de casa às 4h da manhã para trabalhar na casa de outras mulheres. Acho que as mulheres estão engajadas de diferentes formas ”



Dançando com Miley

A letra da música diz que não podemos parar (*We can't stop*) e sugere que se “dance com Miley” numa referência a Molly, gíria utilizada em alusão ao ecstasy, droga sintética que ganhou espaço entre os jovens de todo o mundo. A apologia ao consumo de drogas químicas faz de artistas verdadeiros modelos para jovens no uso dessas substâncias



Por **Katia Maia**

Colaboraram: **Ana Paula Domingues, Karina Vilas Boas e Marcionila Teixeira**

Enquanto se apresenta, a intérprete acende um cigarro de maconha. A cena foi protagonizada pela cantora Miley Cyrus e é mais uma na conturbada vida da artista que não esconde seu consumo de drogas e, mais, chega a incentivar o uso, como o fez em uma entrevista para a revista *Rolling Stone*, em que contou: “Eu acho que maconha é a melhor droga que existe no mundo. Uma vez, eu fumei um baseado com peyote (cacto alucinógeno). Molly (um dos componentes do ecstasy) também. Essas são drogas felizes – drogas sociais. Elas querem fazer você ser amiga delas”, disse.

Dessa forma, artistas de todo o mundo divulgam e fazem apologia às drogas. Uma postura que, muitas vezes incentiva fãs ao consumo de substâncias ilícitas. Segundo pesquisa feita pelo IBGE, o uso de drogas, sobretudo entre as meninas, cresceu entre 2009 e 2014. No caso específico das sintéticas, consumidas predominantemente por pessoas de alto padrão aquisitivo, há uma espécie de ‘glamourização’ do consumo. A cantora Miley Cyrus, de 22 anos, é referência para mais de 50 milhões de jovens e sua postura tem sido de estimular e levantar bandeiras a favor.

De acordo com artigo da Revista Brasileira de Psiquiatria (volume 34, nº 1, de 2014), o consumo de substâncias psicoativas está começando cada vez mais cedo. No Brasil, estudos feitos com adolescentes do Ensino Médio e universitários, entre 15 e 26 anos, apontam que o consumo de álcool e cigarro é maior entre as mulheres, considerados portas de entrada para o uso de drogas ilícitas.

O comportamento de celebridades como Lindsay Lohan, Britney Spears e Miley Cyrus revela a existência do clube das *bad girls* - meninas novinhas, ricas, famosas e admiradas, que bebem, consomem drogas, fazem farra e saem dos clubes carregadas.

Os especialistas revelam que o comportamento dessas celebridades

incentiva muitas adolescentes. As mulheres agora se socializam e bebem como os homens. As consequências dessa mudança de comportamento logo aparecerão nas estatísticas. “A gente sempre deve ter em mente que essa visão de que um traficante oferece a droga para o jovem quase nunca é inteiramente verdade. A grande influência para que um jovem comece a usar droga é a do grupo”, diz Mina Carakushansky, presidente da Brasileiros Humanitários em Ação (BRAHA) e diretora geral de Prevenção da Associação Brasileira de Alcoolismo e Drogas (ABRAD).

Ela explica que as drogas estão chegando cada vez mais próximo dos jovens e os efeitos sobre eles é mais incisivo. “De uma forma geral, 6% a 9% das pessoas que fumam maconha com mais regularidade ficam viciadas. Mas no jovem esse índice sobe para 16%, ou seja, 1,5 - quase duas pessoas - vão já querer usar de forma mais contínua”, alerta.

Primeira vez

“Ontem à noite, a galera inventou de tomar um ‘doce’ na festa junto com mais seis meninas. Que era aquilo, ‘véio’! Chegou na cabeça como se fosse uma pancada”. O depoimento, retirado de uma sala de bate papo da internet é de uma jovem de 15 anos.

A primeira sensação da droga é sempre de prazer. “Porque a droga faz isso. Ela no início é boa e a gente se vê levado a querer mais. Só descobre depois que o mal está feito”, declara Bárbara (nome fictício). Ela, hoje com 40 anos, começou a usar drogas aos 13 anos. Entrou por influência do namorado que fumava maconha. “Mas, a maconha não era minha onda. Eu preferia a cocaína associada ao álcool”, diz.



A grande influência para que um jovem comece a usar droga é a do grupo

Mina Carakushansky

Bárbara usou drogas por mais de duas décadas. Ela decidiu parar quando sofreu uma overdose. “Eu estava cheirando com meu filho (de 16 anos). Foi ele que me levou para o hospital. Quando a médica quis saber o que eu tinha tomado, ele respondeu que tínhamos cheirado cocaína. Ela perguntou o que ele era meu. Naquele momento, tive muita vergonha”, conta. Limpa (sem o consumo de drogas) há 5 anos, 5 meses e 14 dias, naquele dia ela decidiu que iria parar e ingressou no Grupo Narcóticos Anônimos, N.A., onde encontrou apoio para deixar o uso.

Mesmo livre da droga, Bárbara reconhece os danos que o vício causou em sua vida. Marcas que vão além dos prejuízos à saúde. “Da



Casa da Associação de Reabilitação Parceiros da Vida abriga jovens dependentes químicos em tratamento

minha casa sou a única que não me formei. Não estudei, tive filhos cedo. Eu perdi essa coisa da vida adulta, da adolescência, porque eu estava usando droga”, lamenta.

Motivo

O consumo de drogas pelas mulheres tem algumas características específicas. Seu uso parece ter uma forte associação com problemas familiares. Já para os adolescentes homens, a relação é com problemas

escolares e comportamentos desafiantes.

Em Mato Grosso do Sul, estado de fronteira com a Bolívia e o Paraguai, considerado um dos principais acessos de drogas ilícitas no Brasil, a Associação de Reabilitação Parceiros da Vida, o “Esquadrão da Vida”

- instituição filantrópica, sem fins lucrativos -, atende dependentes de substâncias psicoativas (drogas e álcool), entre 12 e 59 anos.

Lá, M.S.N, uma menina de 12 anos, internada há um mês, é o retrato de que as drogas ilícitas estão cada vez mais próximas das crianças, principalmente das meninas. Em seu depoimento, ela retrata que estudou apenas até a 3ª série e que na escola fumou maconha pela primeira vez. Queria se sentir enturmada. Uma criança que retrata com os olhos cheios de lágrimas que pretende sair dessa vida o mais rapidamente possível: “Pretendo nunca mais usar drogas. Sabe que eu quase fui morta na rua por causa da vida que escolhi? Agora só quero voltar para casa”, afirma.

M.S.N. fumou maconha pela primeira vez na escola



Foto: Isaías Júnior

Limpa há 5 anos, Kátia Fernandes é monitora na instituição em que se recuperou

Para a psicóloga da Associação, Manuela Vieira Ferreira, as crianças são retiradas do universo infantil e acabam nas drogas: “Já chegamos a atender aqui meninas de 10 anos e, na maioria das vezes, o consumo está associado a amizades na escola e à realidade familiar de maus tratos e até de abuso sexual”, explica.

Na instituição, muitas ex-internas são monitoras, uma forma de retribuir o que foi feito por elas. Esse é o caso de Kátia Fernandes Sampaio, de 35 anos, que começou a usar drogas com 14 anos de idade, também na escola. Após 5 anos de tratamento, está livre do vício, se formou técnica de enfermagem e é responsável pela administração dos medicamentos. Para ela, a escola é um dos acessos às drogas, mas não é a grande responsável por isso.

“Na maioria das vezes os alunos matam aula para usar as drogas, por conta da segurança interna dos estabelecimentos escolares. Mas é lá que os jovens se encontram: alguns vem de lares destruídos pela violência, pela própria droga, e outros são a turma do ‘embalo’, querem se enturmar, como foi meu caso”, afirma.

“**6% a 9% das pessoas que fumam maconha com mais regularidade ficam viciadas**”



Foto: Ilanias Júnior

Papel da escola

Mas é na escola que está a grande arma contra as drogas, na opinião de Mina Carakushansky. “A educação é o fator primordial, um país com maior educação, liberdade e democracia oferece o melhor para sua juventude”, disse.

Ela pondera que é preciso ter muito cuidado quanto ao discurso de liberalização da maconha. “Na Holanda, quando se abriram locais para usar droga, aumentou quatro vezes o consumo de maconha”, revela. Segundo ela, o uso aumenta em lugares com grande disponibilidade e quando o jovem acha que a droga é inócua.

“A maconha aumentou no Brasil porque há uma propaganda de que não faz mal, mas não se mostra como a mente e os pulmões se tornam piores, a contagem de espermatozoide diminui, os bebês nascem com peso menor e com problemas quando há o uso. Em países que mostram os danos o consumo caiu”, afirma, defendendo

a educação e a prevenção como as melhores armas contra o vício.

Limites

Para Gilmar Martine, professor de Matemática do Ensino Médio, a atenção dos pais e o diálogo fazem toda a diferença: “Colocar limites é importante. Um adolescente que tem saídas noturnas frequentes, e sem supervisão de adultos, fica mais vulnerável ao uso de drogas. O jovem está em fase de formação de opinião. É importante que ele saiba que existem outras formas de diversão, com menos riscos à saúde”, avalia o professor.

“Pais e professores devem, através de orientação segura e sem nenhum alarme, criar a condição necessária para que o adolescente tenha uma boa base familiar de princípios, sabendo o que é certo e o que é errado. Pais que mantêm um vínculo afetivo e um diálogo franco com os filhos dificilmente os perderão para a violência e para as drogas.”, alerta a psicóloga Virgínia Levy, especialista em tratamentos contra o vício.

A pedra da perdição

Aos 21 anos, Ester (nome fictício) está internada em uma comunidade terapêutica evangélica para se livrar da dependência do *crack*. A “pedra”, confessa, foi a ponte para a decadência total. “Quando sinto vontade de usar, me ajoelho e rezo”. A “solução” tem dado certo há dois meses, período em que está internada para tratamento. Mas Ester sabe que precisará estar vigilante o resto da vida. Reconhece o poder da rival. Mas nem sempre foi assim.

O calabouço do *crack* e seus zumbis

Nas cracolândias, as mulheres são as mais vulneráveis, segundo estudo da Fiocruz com 32.359 usuários de *crack* pelo País, divulgado em setembro de 2014. Elas representam, em média, 20% dos dependentes. Muitas se prostituem e se sujeitam a violências. Cerca de 8% delas eram portadoras de HIV e 2,23% tinham hepatite C. Entre os homens, respectivamente, os índices foram 4,01% e 2,75%.

T.M.S, 17 anos (idade que ela diz ter, depois de ter dito 16 e 18), é um triste exemplo desses dados. Viciada em *crack* desde os 13 anos, abandonou a família, mora nas ruas do subúrbio do Rio de Janeiro, se prostitui e aparenta transtornos psiquiátricos. Não consegue ordenar o pensamento e não fala coisas lógicas.

É muito magra, os dedos e a boca queimados, ausência de vários dentes, muitas cicatrizes pelo corpo. Passa dias e dias sem comer, usando a pedra. “Eu não sei quanto tempo estou na rua. Eu só fumava maconha na balada, mas encontrei esse *crack* maldito e não larguei mais. Tem muito tempo que não vou em casa. Mas nem quero ir porque não consigo ficar sem usar droga mesmo. Tenho que ficar na rua até morrer”, sentencia ela, que termina a conversa pedindo dinheiro.

Convertida à igreja evangélica, ela mesma sugere o nome bíblico Ester para ser usado na reportagem. Hoje ela lembra pouco a jovem de 15 anos que liderava três bocas de fumo em Recife. Era temida por homens e mulheres. Para se proteger de denúncias, fazia “favores” aos moradores, como compra de gás, feira, remédio. A lista de supostos benefícios era extensa, assim como a clientela para comprar maconha.

A relação de Ester com as drogas e a violência, no entanto, começou antes, aos 13 anos, quando ela conheceu o primeiro marido, um traficante com 38 anos, ex-presidiário. “Ele me ensinou tudo. Colocava arma na minha mão, me apresentou vários bandidos temidos. Fui presa quatro vezes quando era menor”, lembra.

Ester conta que gostava da sensação de ser “respeitada” nos lugares aonde

chegava. “Agora sei que as pessoas, na verdade, tinham medo de mim. Usei de tudo na vida, remédio, cocaína, maconha, mas foi o *crack* que me destruiu. Muitos não acreditavam quando me viam, a forma como fiquei. Não andava mais de cabeça erguida”, lembra. Vencida, deixou o tráfico aos poucos, com a anuência de outras lideranças.

O corpo de Ester carrega marcas visíveis das violências praticadas e sofridas. No queixo, uma cicatriz de um tiro. Na perna, pontos de um acidente em que se envolveu ao roubar um carro. Conta que não se sente mãe de nenhum dos três filhos. “O menor, de 11 meses, caiu da cama enquanto eu dormia drogada”, conta, chorando.

Depois do internamento, Ester engordou e até mesmo a relação com a mãe, uma dona de casa, melhorou. “Ela nunca tinha me abraçado na vida. Aqui a gente se abraça, conversa nas visitas, ela me dá carinho, caminhamos juntas”, completa. Ester ainda é muito jovem. Planeja trabalhar, ter outros filhos. Mas sabe que a estrada é longa. E bem difícil.

Foto: Jabbini Oliveira



A vida começa depois dos 30

Cada vez mais mulheres estão optando por ter o primeiro filho quando a vida está com contornos de maior estabilidade

"A decisão foi esperar a vida ficar mais tranquila financeiramente. Com estabilidade para oferecer uma vida melhor para ela", explica Livia Cerezoli, jornalista e futura mãe da Tereza. Casada há quase cinco anos com Rodrigo Antônio de Souza, biólogo, 35 anos, ela tem 34 anos e está no oitavo mês da gravidez.

Livia faz parte de uma estatística que tem se tornado tendência no Brasil. Para muitas crianças, a vida tem começado aos trinta anos de suas mães. A pesquisa "Saúde Brasil", divulgada pelo Ministério da Saúde constatou que o índice de brasileiras com esse perfil passou de 22,5%, em 2000, para 30,2%, em 2012.

Em contrapartida, a quantidade de jovens que engravidam antes dos 19 caiu de 23,5% para 19,3%. O levantamento também mostra que houve redução de 13,3% no total de nascimentos no País no período analisado e que, desde 2005, a taxa de fecundidade está abaixo à de reposição populacional. Isso indica uma tendência de redução da população no futuro.

O estudo detecta ainda que o novo perfil está atrelado à taxa de escolaridade. Quanto mais anos de estudo,

mais tardia é a opção pela maternidade. Das mulheres entrevistadas no levantamento com 12 anos ou mais de estudos, 45,1% esperaram completar três décadas de vida para engravidar.

O projeto de ter o filho já estava nos planos de Livia e Rodrigo, mas a opção por esperar teve relação com o investimento na qualificação profissional do casal.

"A gente achou melhor esperar porque não tinha casa própria ainda e o Rodrigo estava fazendo Doutorado, o que levou quatro anos. Eu fiz também a minha pós-graduação. Acho que agora é o momento certo. Compramos o nosso apartamento e estamos numa fase de maior estabilidade na vida", alegra-se.

Para a medicina, as mulheres com idade acima de 35 anos são consideradas de alto risco. Mas, isso, segundo o médico ginecologista e obstetra, Petrus Sanchez, somente se for adotada a definição antiga. "Hoje em dia a gente releva um pouco isso porque senão teríamos de rotular todas essas pacientes como de alto risco", explica.

Tendência

Ele, que tem consultório em Brasília, numa região de classe média

alta, em 2014, fez 156 partos, sendo 56 pacientes, ou 36%, com 35 anos ou mais. O médico comprova na prática o que a pesquisa indica, quando constata que a gravidez tardia está relacionada ao grau de instrução das mulheres e acrescenta: "Está muito associado também com o momento profissional, com a segunda e terceira jornada de trabalho. Onde a questão da maternidade fica para um segundo plano", diz. Ele conta que, há dez anos, o perfil de suas pacientes era bem mais jovem.

O Brasil segue, na verdade, uma tendência observada em países desenvolvidos, com a inserção ainda mais forte da mulher no mercado de trabalho e mais acesso aos métodos anticoncepcionais. "Com isso, ela planeja melhor sua gravidez", explicou a Diretora do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde, Thereza de Lamare.

Segundo dados do Ministério da Saúde, as regiões Sudeste e Sul concentram maior quantidade de mães com 30 anos de idade, 34,6% e 33,6%, respectivamente. No Centro-Oeste a taxa foi de 28,8%, seguido do Nordeste com 26,1% e o Norte com 21,2%.



*Livia e Rodrigo
aguardam a
chegada de Tereza*

De papel passado

O casamento civil homoafetivo está cada vez mais presente, enfrentando preconceitos e buscando o devido reconhecimento social

Por **Ana Paula Domingues** | Colaborou: **Amanda Vieira**

"Era uma vez" uma história de amor. E como na maioria dos contos de fadas, o romance das jovens Tati Silveira (33) e Marcela Pires (27) teve um final feliz. Elas se conheceram através de um grupo de amigos, venceram o preconceito e chegaram ao altar. Foi assim que a vida das cariocas começou a ganhar novos significados e novos rumos. A união oficializada aconteceu na cidade de São Paulo, e foi o segundo casamento gay realizado no cartório. O registro ocorreu em setembro de 2014, com familiares presentes como testemunhas das noivas.

Tatiana Silveira, conhecida como Tati, contou que sempre foi amiga de Marcela. Com o passar dos anos, ambas descobriram que sentiam algo além da amizade: "Foi muito difícil assumir que estávamos namorando, principalmente, para a família."

O namoro rompeu paradigmas, Tati e Marcela enfrentaram os problemas e casaram: "Passou muito tempo para que aceitassem Marcela como a mulher da minha vida. Depois de três anos sofrendo preconceitos e intolerâncias, respeitaram nossa decisão. Hoje sinto que ganhei uma luta, ver nossos familiares no dia do casamento foi emocionante. Vencemos."

Os casais gays vêm rompendo barreiras e conquistando espaço. No ano passado, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada a maior cerimônia de casamento civil homoafetivo. Ao todo, 160 casais homossexuais oficializaram a união. Segundo dados do IBGE, divulgados em dezembro de 2014, ocorreram 3.701 uniões entre pessoas do mesmo sexo, o que representa 0,35% do total de casamentos no País.

Marianna Maia (34) e Fabiane Souza (39) se casaram em 2012, em Brasília (DF). Marianna relata que, ao contrário do que elas imaginavam, não houve barreira burocrática: "Fomos muito bem recebidas no cartório e bem orientadas". Para ela, as principais barreiras ainda são sociais e culturais: "Queremos na verdade é ter nossa decisão respeitada como os demais casais, sem alarde ou preconceito. Mas continua grande o preconceito entre os familiares e os colegas de trabalho - na maioria os que são ligados a alguma religião".

Um casal, para quem quiser ver

Mariana e Fabiane escolheram assumir o casamento em todos os espaços: "Sabemos que as pessoas fofocam e cochicham sobre isso, mas optamos pela sinceridade para cortar

de uma vez as dúvidas. Acreditamos que este é o verdadeiro presente dos dias de hoje: sermos livres para ser quem somos". Marianna completa: "Mesmo sem nos beijar [em público], o olhar de cumplicidade fica muito evidente entre nós e é fácil perceber um casal, principalmente após toda visibilidade que a mídia tem dado ao assunto, especialmente as novelas - algumas vezes de forma bem torta, mas de qualquer maneira faz chegar à casa das pessoas um sopro da realidade para aqueles que ainda acreditam que nós, homossexuais, somos poucos, raros ou caricatos".

Incêndio

Em setembro de 2014, criminosos incendiaram o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Sentinelas do Planalto, em Santana do Livramento (RS), em represália à reserva do local para a realização da cerimônia de um casamento coletivo, que incluía a união civil de duas jovens. Apesar da violenta demonstração de

Foto: Adriano Pascoal



Para Marianna Maia e Fabiane Souza, as principais barreiras ainda são sociais e culturais

Ideli: homofobia tem que ser crime



Foto: www.sdh.gov.br

intolerância, Solange Ramires, de 24 anos, e Sabriny Benites, de 26 anos, não desistiram: casaram no fórum do município, em cerimônia que contou com a presença da ministra chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Ideli Salvatti, convidada pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos no estado, Juçara Dutra Vieira.

Na ocasião, Ideli defendeu a criminalização da homofobia no

Brasil. “Se é crime bater em mulher, se é crime ofender alguém denominando, chamando de ‘macaco’, também tem que ser crime a homofobia”, disse a ministra. Ideli reiterou que a homofobia é um problema nacional que não respeita fronteiras estaduais: “Por isso, quando acontecer, temos que dar muita atenção para que a sociedade brasileira reflita e crie um constrangimento social a quem os comete.”



Solange e Sabriny casaram apesar das represálias

As duas lutam constantemente contra o preconceito. Para elas, é importante procurar organizações de combate à homofobia e receber orientações de como deve-se agir em situações constrangedoras.

“Vivam a vida e ajam com naturalidade para acabarmos com a diferença. Eu e Vanessa fazemos tudo juntas: academia, faculdade... Mostramos para sociedade que cada um tem seu espaço e respeito”, recomenda Maria.

Recentemente, o Projeto de Lei da Câmara 122 (pela equiparação da LGBTfobia ao racismo), de autoria da deputada Iara Bernardi (PT-SP), foi arquivado no Senado. Mesmo assim os movimentos LGBTs continuam lutando para aprovar leis para combater a homofobia nos diversos âmbitos. Atualmente, o único canal para denunciar os casos de homofobia é o “Disque 100”.

Legislação contra homofobia

O preconceito está presente nas casas legislativas. Alguns representantes políticos insistem em mencionar que “gays precisam ser curados”. O polêmico Projeto de Lei 717/03, que previa a criação do programa de auxílio às pessoas que voluntariamente optarem pela mudança de sua orientação sexual, da homossexualidade para heterossexualidade – foi alvo de muitas manifestações.

Em 2013, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei conhecido como “cura gay”, pelo qual psicólogos podem propor tratamentos para homossexualidade. Manifestantes gritaram: “Não há cura pra quem não está doente”. A estudante de direito e ativista LGBT, Andreia Peixoto, relata: “Estive no dia da votação. É muito triste ver que os políticos não respeitam e não aceitam os gays. Hoje representamos mais de 10% da população. Continuarei lutando, temos que acabar com o preconceito”.

A cada quatro casos de homofobia registrados no Brasil, três ocorrem

com homens gays. Segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDHPR), o Disque 100 registrou 1.159 casos em 2011. Em 2014, superaram a marca de 6.500 denúncias contra episódios de preconceito contra gays, lésbicas, travestis e transexuais.

Marcas da violência homofóbica

Paulo Roberto, de 33 anos, casado há oito anos, relatou que em 2014 estava saindo de uma boate no Centro do Rio de Janeiro, acompanhado do marido, e foi agredido por um grupo de jovens. “A gente estava andando e eles fecharam uma roda e começaram a chutar. Um deles subiu no banco e acertou um chute no meu olho. Tive que fazer cirurgia e infelizmente perdi 50% da minha visão”.

Maria (32) e Vanessa (25), juntas há seis anos, também já foram vítimas de insultos nas ruas da cidade carioca. “Uma moça nos chamou de sapatão. Achei desrespeitoso e pedi que ela repetisse. Ainda bem que ela não teve coragem”, relembra Maria.

Una-se contra a homofobia

O projeto “Una-se contra a homofobia” incentiva uma cultura de respeito aos direitos humanos e à diversidade sexual no ambiente universitário com foco em uma formação cidadã dos futuros profissionais. Ele é criado e mantido por alunos e professores do curso de Jornalismo Multimídia e de Publicidade e Propaganda do Instituto de Comunicação e Artes do Centro Universitário Una, em Belo Horizonte/MG. Para saber mais, acesse: <http://unasecontraahomofobia.blogspot.com.br/>

Elas não fogem à luta!

Quem são as novas professoras do Brasil?

Por **Katia Maia**

Colaboraram: **Ana Paula Domingues, Karina Vilas Boas, Marcionila Teixeira e Vivian de Albuquerque**

Brasil: Pátria Educadora. O discurso da Presidenta Dilma sintetizado neste novo lema para o governo prioriza a educação e em 2015 o Plano Nacional de Educação, aprovado no ano passado, começa a ganhar forma. Uma das promessas é a valorização do Magistério. Urgentemente necessária, já que uma pesquisa da CNTE revelou que, apesar de considerado o ofício mais importante para o futuro do País, apenas 15% da população brasileira pensa em se tornar professor. Cerca de 85% da categoria é formada por mulheres.

A Mátia conversou com mulheres das cinco regiões sobre a escolha da carreira de educadora e uma característica se mostrou comum a todas elas: engajamento. Ninguém é professor à toa. Quem aposta na profissão e faz do ofício o desafio diário é porque acredita que é possível fazer a diferença na vida das pessoas.

Paixão pelo ensino

“O que me chamou a atenção na licenciatura foi o dinamismo da profissão, a gente aprende muito com os outros. Eu tive outros empregos e nunca estava feliz, sempre muito dividida. Agora como professora eu me sinto completa”, revela Suelem Soares Jobim, 31 anos.

Recém aprovada para lecionar na rede pública de ensino do Distrito Federal, ela fala com amor pela profissão de professora, na qual – segundo Suelem – foi possível unir a paixão pelas artes e a vontade de estar sempre aprendendo mais. “Tem o lado romântico da profissão e muita coisa gratificante. Tenho oportunidade de falar e aprender com os alunos”, conta apaixonadamente.

Suelem Soares Jobim
Distrito Federal (DF)





Elaine Chase
Rio de Janeiro (RJ)

Embora perceba as dificuldades da carreira que escolheu e as aponte com facilidade na hora de falar em remuneração, valorização e formação continuada, para ela tem que ter paixão, vontade e gostar de gente. “Mas é uma coisa muito de luta também. A gente tem que enfrentar e brigar para as coisas melhorarem”, avalia.

No Rio de Janeiro, Elaine Chase, formada em Música pela Universidade de Brasília e Pós-graduada em Musicoterapia pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, também acredita na profissão.

“A vida de professor não é fácil e nunca será. Ter a cada 50 minutos um público diferente pronto a aprender (ou não), jamais será fácil. Mas não acho que pelos problemas as pessoas têm deixado de seguir essa vocação. Eu sou professora desde antes da minha formação acadêmica. Eu nasci professora”, explica a profissional, nomeada em concurso público em 2014 e que tem a didática na veia e brilho nos olhos. “É preciso ter paciência com as lagartas, se quisermos conhecer as borboletas”, sintetiza Elaine.

Atividade árdua

Paixão e realidade à parte, Anderci da Silva fala da profissão com admiração pelo que faz. “Escolhi ser professora porque o magistério é uma das atividades mais bonitas, mais apaixonantes, mais gratificantes que existem. Árdua, sem dúvida, mas indescritivelmente bela”, revela a educadora de 28 anos.

No primeiro semestre de 2013, ela passou no concurso do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, na área de artes. Anderci cursou o normal superior, se especializou em gestão escolar, em São Paulo, e em 2007 mudou-se para Dourados (MS).

Após dar aula para séries iniciais em escolas rurais do interior, resolveu fazer artes cênicas na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), prestar o concurso da Rede Estadual e batalhar para seguir carreira como professora de artes. “Conhecer nossos alunos, transmitir conhecimento, receber conhecimento (porque a troca é constante e infinita!), criar laços, ver o desenvolvimento e contribuir para que ele se dê de forma prazerosa”, define. E completa: “mentiria se negasse que sou, e serei sempre, idealista e que acredito na capacidade de transformação social pela educação”, revela.

Estabilidade e plano de carreira

Assim como Anderci, Daniele Padilha Carvalho, 27 anos, recém aprovada no concurso da Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) é hoje professora. Ela dá aula de Educação Física em duas escolas da capital paranaense e conta que foi observando a irmã que decidiu pela profissão.

Anderci da Silva
Dourados (MS)



Mais do que isso, ela já sabia que seria uma professora de escola pública. “Tive muitos professores que ajudaram a despertar essa vontade. Mas a minha irmã, acredito, foi a minha verdadeira inspiração”, conta. Sexta filha de pais agricultores, ela se recorda que nos finais de semana quando ia visitar a irmã “ela estava planejando as aulas da semana, enquanto meus sobrinhos dormiam. Era algo que ela fazia sorrindo”, conta.

Formada em 2012, pela Universidade do Contestado, de Mafra, Santa Catarina, trabalha para a Prefeitura de Curitiba. “O que eu queria era ir para uma escola e poder ter contato com as crianças desde o início do seu aprendizado. Escolhi a carreira pública por causa da estabilidade e também por conta de um plano de carreira”, diz.

Mesmo recente nesta realidade, Daniele acredita que a profissão deveria ser mais valorizada. “Vejo quando filhos de colegas meus dizem que também querem ser professores, eles respondem que nem pensam nisso, porque só irão passar fome. Infelizmente, é uma profissão muito bonita, mas que não tem o respeito e a credibilidade que deveria ter”, lamenta.

Mas, para ela, profissão não está em decadência, sempre existirão professores. “O que me preocupa é a qualidade. Os alunos de hoje serão os professores do futuro. Mas com que qualidade?”, questiona.

Falta de estrutura no ensino público

A falta de estrutura no ensino público é um dos desafios que jovens professoras têm que enfrentar na luta para fazer a diferença. Em alguns momentos, a realidade chega a desanimar essas jovens determinadas.

Foi o que aconteceu com Anna Rakhael Alves, 29 anos. Ela respira fundo ao lembrar-se do dia em que uma aluna lhe comunicou que trocaria as bancas escolares pela venda de drogas. O marido, justificou a jovem, havia sofrido um acidente enquanto trabalhava com uma carroça e o casal estava passando fome. “Insisti muito para a aluna ficar e ela permaneceu”, alegre-se.

Por algumas vezes, Anna - que concluiu o curso de Letras em 2008 - conta que pensou em desistir de lecionar, “mas o poder de mudança que a educação proporciona e a troca de conhecimento com os estudantes me mantêm em sala de aula”, reflete.



Daniele Padilha Carvalho
Curitiba (PR)





Anna Rakhael Alves

Jaboatão dos Guararapes (PE)

Foto: Jobani Oliveira

Concursada, ela leciona na Escola Santa Edwirges, em Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana de Recife (PE). Planeja um futuro no qual a linguagem em sala de aula seja adaptada às novas gerações de estudantes e que o professor tenha uma maior autonomia nas decisões tomadas em sala.

“A escola não evoluiu junto com a sociedade e não dá respostas para os alunos de hoje. Onde ensino, por exemplo, não há computadores, nem Internet disponível para todos, somente para a área de gestão. Recursos multimídia, como TV e *datashow*, também não existem. Quando queremos mostrar algo diferente aos alunos, precisamos baixar no CD em casa e levar nosso *notebook*”, diz.

Engajamento

No perfil das redes sociais, Anna é retratada como uma profissional engajada em iniciativas populares, como o Movimento Ocupe Estelita, que ficou conhecido em todo País por questionar o avanço da especulação imobiliária em Recife. “Não encaro a profissão como sacerdócio ou com benevolência. Acho que minha geração, de forma geral, pensa assim. Prefiro ser ligada a apenas uma escola, recebendo R\$ 1,8 mil, do que me desdobrar em vários lugares. Dou menos aulas, me dedico também ao meu artesanato e assim consigo dar conta dos alunos”, explica.

Questões políticas também preocupam Carla Vieira, 29 anos, professora da escola municipal Ana Cristina, em Manaus (AM). “Não basta ser

Pesquisa revela que só 15% querem ser professores

O Instituto de Pesquisa Data Popular realizou a pesquisa “Educação: motor de um país melhor”, lançada na Conferência Nacional de Educação, em novembro de 2014, em Brasília (DF). O levantamento revelou que a falta de segurança e violência nas escolas são os principais problemas apontados pela população. Para 89% dos entrevistados, existe muita violência nas escolas públicas brasileiras.

Realizada a pedido da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) em parceria com a Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), a pesquisa também revelou que a valorização dos professores e funcionários é fator

de preocupação para a população brasileira. A falta de perspectiva na carreira é outro ponto a ser analisado: os entrevistados consideram a profissão de professor o ofício mais importante para que o País tenha um bom futuro, mas apenas 15% gostariam de virar educadores.

Para o presidente da CNTE, professor Roberto Franklin de Leão, os números refletem a triste realidade da escola pública brasileira: “Esse documento confirma, de maneira científica, as denúncias que a CNTE, há tempos, faz à sociedade”.

A pesquisa também levou em conta aspectos relacionados à valorização, formação (capacitação) e remuneração dos professores e dos profissionais da educação.

professor, a gente precisa participar do espaço político também. A gente precisa ser um exemplo social”, declara. Segundo ela, a valorização profissional caminha a passos lentos: “O piso salarial é um ganho para o País, é pequeno, mas é alguma coisa. Se a sociedade desse mais apoio para os professores, tenho certeza que esses profissionais iriam conseguir pressionar os governantes para obterem melhores salários”.

Para Carla, o ensino deveria estar disponível para quem desejasse aprender: “A educação deveria ser mais igualitária. Por que eu não posso ter aula de música, por exemplo? Se o aluno quer aprender, acho que ele deveria ter acesso a todo e qualquer ensino, e gratuito”, idealiza.

“Alguns professores bons acabam indo para o ensino particular, com salário maior. Mas eu acabei pensando na minha função. Nas pessoas que precisam mais de mim. Não só eu, mas acredito que vários professores que começam agora pensam como eu, querendo mudar o *status quo*. Então no final do ano a gente fica feliz com uma criança que mudou o comportamento e isso muda a nossa visão. Isso faz a gente continuar na profissão”, revela Carla Vieira.

A palavra-chave que impulsiona essas jovens mulheres é a determinação. Elas concordam que é preciso deixar de fazer apenas o básico, se envolver em novos projetos e ideias, buscar novos formatos. O ano letivo é muito corrido, mas ensinar leva tempo. Na escola, essas professoras aprendem, na prática, o poder transformador da educação.



Foto: Arquivo Pessoal

Carla Vieira
Manaus (AM)

Valorização do professor

98% acreditam que a profissão deveria ser mais valorizada

Para 76%, os professores são menos valorizados do que deveriam pela população

85% acham que os professores são menos valorizados do que deveriam pelo governo

Melhores salários

66% acreditam que o salário da rede pública é ruim ou péssimo

98% consideram que bons salários para professores e funcionários significam escola de qualidade

85% defendem o piso salarial nacional como forma de valorização

Educação de qualidade

59% consideram que as escolas públicas estão longe de ter uma educação de qualidade

Para 48%, os alunos de escola particular tem mais chances de ter um bom emprego do que os da rede pública

94% são a favor da educação em tempo integral

Papel dos governos

43% acreditam que o governo federal é responsável pela educação pública em geral

27% atribuem a responsabilidade ao governo municipal

87% são favoráveis a destinar 10% do PIB para educação

72% se informam sobre educação antes de votar

Metodologia: a pesquisa foi realizada em setembro de 2014, com 3 mil pessoas com mais de 16 anos, nas cinco regiões do País. Confira a pesquisa completa em: cnte.org.br



Márcia Ondina Vieira Ferreira

Doutora em Sociologia (Universidade de Salamanca – Espanha); Pesquisadora do CNPq; Coordenadora do Grupo de Pesquisas Processo de Trabalho Docente; Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl)

Gênero e valorização profissional da docência

Durante muito tempo o ensino foi desenvolvido por homens. As características da escola que conhecemos foram sendo projetadas e concretizadas aos poucos, da Idade Média até a Idade Moderna. Contudo, um processo mais organizado e amplo de escolarização apenas se produz após as revoluções bur-

pressão exercida por mulheres para ingressar na escola, primeiro na condição de estudantes, logo, de professoras. No Brasil, isso começa em torno da segunda metade do século XIX, consolidando-se nas primeiras décadas do século XX. Assim, para entender algumas das características da docência, deveríamos tentar compre-

ender esse processo, que costuma ser chamado de *feminização* da docência. A feminização é um processo constituído de dois aspectos ou estágios principais: (1) aspecto quantitativo - grande ingresso de mulheres no ofício (*feminilização*); (2) aspecto qualitativo - associação das características do ofício com tarefas e habilidades terminantemente femininas (*feminização*).

provincias (Ato Adicional de 1834), incluindo a formação docente. As Escolas Normais desde aí criadas em várias partes do País foram gradualmente ocupadas por mulheres, até que na década de 1880, frente ao grande número de candidatas, foi necessário inserir o ensino misto, permitindo a ampliação da formação e o ingresso no ofício em vagas abertas em todo o País. Fala-se, também, da saída dos homens da docência de primeiras letras, atribuindo-se isso à criação de postos de trabalhos mais bem remunerados numa sociedade que amplia sua urbanização e seu sistema de produção. Sobre isso eu argumentaria que é mais preciso dizer não que os homens saíram da docência e as mulheres ocuparam seus lugares, mas que os homens não se interessaram em ocupar as novas vagas criadas, que foram, isso sim, tomadas por mulheres ávidas pelo direito ao trabalho e a ingressar em outros espaços públicos até então vetados a elas.

Cabe dizer que tal ingresso não foi nem consensual, nem sem conflitos. Ao contrário, intensos debates travados em âmbito parlamentar e na imprensa são indicados por historiadoras/es. Foi preciso transformar, por meio da luta política, social e cotidiana, concepções morais, religiosas e pedagógicas que até então tinham por certo

O preço que está sendo pago pela feminização da docência é a consideração, já no âmbito do senso comum – uma “representação” –, de que a docência é um “trabalho de mulher”

guesas, quando o Estado assume o dever de ensinar. É a criação da escola “moderna” que permite, também, a organização dos professores (assim, no masculino), quando esses começam a reconhecer-se como uma categoria e, posteriormente (século XIX), exigir uma formação particular.

Por essa época, um fenômeno que aconteceu em várias partes foi a

propriamente dita).

Vários são os motivos indicados para o êxito do ingresso massivo das mulheres na docência, que em minha opinião devem ser compreendidos articuladamente. Modificações na legislação educacional possibilitam a expansão da escola pública (Lei Geral do Ensino – 1827) e a organização dos sistemas de ensino em nível das



Mais do que apenas ver a presença maior do sexo feminino na docência, cabe analisar em que medida a condição de gênero de homens e de mulheres define como a carreira se desenvolve



a incapacidade intelectual das mulheres e os perigos que sua presença como profissionais poderiam trazer à formação moral das crianças e jovens.

Mas como as transformações não ocorrem de forma linear, esse avanço na condição das mulheres implicou em reconfigurações do ato de ensinar que influenciaram - é preciso, já, anunciar - o valor social do mesmo. Ou seja, o preço que está sendo pago pela feminização da docência é a consideração, já no âmbito do senso comum - uma “representação” -, de que a docência é um “trabalho de mulher”: deve ser executado por quem já estaria dotada pela “natureza” de saberes voltados ao “cuidar”; alguém que não seria o suporte econômico da família e que somente estenderia as tarefas já realizadas na esfera privada para a esfera pública. A docência transformou-se, assim, numa *vocação* feminina, e considera-se que quem está vocacionada executa o seu ofício por amor ao próximo, não sendo necessário que sua remuneração seja condigna e nem que a mesma esteja associada à formação recebida. Em síntese, a representação dominante é, então, a de que quem age por vocação faz o que está presente em sua natureza, sem que essa ação seja resultado direto do estudo e da prática reflexiva. Observe-se que esse argumento foi transferido para

as relações trabalhistas de tal maneira que, no caso do Brasil, tanto mais inicial é o nível de ensino, mais baixo é o salário e maior número de mulheres está presente nele; e, quanto mais alto o nível de ensino, maior o salário e mais homens nele ocupam funções.

Além disso, outra consequên-

cia dessa representação é a de que foi a feminização que provocou a desvalorização da docência, aspecto contestado por várias autoras (ALMEIDA, 1998; LOURO, 2001; VICENTINI; LUGLI, 2009), que defendem que o ofício nunca foi bem recompensado ou reconhecido de fato e de direito.

Uma terceira consequência da atribuição de atividade vocacional ao trabalho docente pode ser a sujeição e o acomodamento de alguns docentes - mulheres e homens - à ideia de que seu trabalho é secundário.

Frente à caracterização brevemente esboçada, cabe refletir sobre dois aspectos. Primeiro, é preciso ter em mente que a docência está sendo fortemente atingida por reformas que pretendem reestruturar o trabalho em sociedades cada vez mais voltadas a desobrigar-se de gastos públicos em prol da maioria. O dever de ensinar, obrigação do Estado, vem se mantendo com grandes deficiências, reduzindo recursos, piorando condições de trabalho, forçando o aumento das jornadas, substituindo vagas efetivas por contratações em regime de precariedade, etc. Ou seja, a desvalorização do trabalho docente não ocorre de forma separada de outros movimentos de transformações no mundo produtivo que têm por resultado diminuir gastos e aumentar

o controle sobre o trabalho. Neste sentido, a representação da atividade feminina como responsável pela desvalorização da docência não passa de um artifício que encobre questões de natureza objetiva.

Mas, em segundo lugar, assim como contribui a compreender a gênese da docência e as representações que foram construídas em torno dela, a categoria gênero pode nos ajudar a mais bem conhecer a situação atual do trabalho docente, pois, independentemente de sua desvalorização, este não se configura da mesma maneira para homens e para mulheres. Mais do que apenas ver a presença maior do sexo feminino na docência, cabe analisar em que medida a condição de gênero de homens e de mulheres define como a carreira se desenvolve, como é assumida por uns e outras, como se dá a divisão (sexual) do trabalho dentro das escolas e outras instituições educativas, como ocorre a participação sindical entre mulheres e entre homens, se umas e outros interpretam diferentemente o sentido de seu trabalho, etc. Poderemos concluir, por fim, que o *habitus* de gênero, persistente em cada uma e cada um de nós, só poderá ser modificado por um duro processo de reflexão e reeducação.

Referências

- ALMEIDA, Jane. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998.
- LOURO, Guacira. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: UNESP/Contexto, 2001. p. 443-481.
- VICENTINI, Paula; LUGLI, Rosário. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.

“Eu tinha duas opções, a primeira era permanecer calada e esperar para ser assassinada. A segunda era erguer a voz e, em seguida, ser assassinada. Eu escolhi a segunda. Eu decidi erguer a voz.”

Trecho do discurso de Malala Yousafzai ao receber o Prêmio Nobel da Paz

Educar meninas, libertar mulheres

Aos 17 anos, a ativista paquistanesa Malala Yousafzai foi a vencedora do prêmio Nobel da Paz de 2014. A mais jovem ganhadora do prêmio em 112 anos de história dividiu a premiação com o indiano Kailash Satyarthi - ambos são ativistas por direitos fundamentais de jovens e crianças e pelo direito de todos à educação.

Mas é o ativismo de Malala Yousafzai que se destaca pela coragem de defender, mais especificamente, a educação de mulheres em seu país. A estudante nasceu e cresceu no Vale de Swat, no noroeste do Paquistão, local onde muitas vezes se espera que as mulheres fiquem em casa para cozinhar e criar os filhos. As autoridades afirmam que apenas metade das meninas frequentam a escola.

No início da infância de Malala, a educação das meninas era realizada sem muito questionamento. No entanto, nos anos 2000, a influência do talibã foi se tornando cada vez maior, até que o grupo dominou a região, em 2007.

Em 2009, a jovem ativista começou a escrever o blog “Diário de uma Estudante Paquistanesa” para a BBC Urdu, no qual falava sobre sua paixão pelos estudos e as dificuldades enfrentadas no Paquistão sob domínio dos talibãs. O blog era escrito sob pseudônimo, mas logo se tornou conhecido, e a identidade de Malala foi revelada.

Em 2012, por ousar defender em público a educação feminina, Malala, juntamente com suas amigas, sobreviveu a um atentado em um ônibus escolar. A jovem foi baleada no pescoço e na cabeça. Foi socorrida e logo transferida para um hospital em Birmingham, na Inglaterra, onde vive até hoje com sua família. Apesar de receber muito apoio ao redor do mundo, ela continua a receber diversas ameaças.

Em declaração para a imprensa, a ativista afirmou que sua inspiração vem de Benazir Bhutto, que foi duas vezes primeira-ministra do Paquistão antes de ser assassinada, em 2007. Também declarou que deseja seguir carreira política: “Quero servir ao meu país e meu sonho é que ele se transforme em um país desenvolvido e que cada criança seja educada”.

Saiba mais no site oficial da Malala: www.malala.org

Discurso da Malala na ONU (tradução Carlos Alberto Barbaro): <http://goo.gl/oJkXI0>

Elas sabem mais, mas ainda ganham menos

As mulheres, em média, têm mais educação, são mais experientes e produtivas do que seus colegas do sexo masculino, mas a realidade e os números mostram que ainda ganham salários menores

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) concluiu, em seu mais recente Relatório sobre Salário Global, que homens recebem mais do que as mulheres em todos os 38 países analisados, mostrando que a distância de gêneros, quando se trata de proventos, prevalece no mundo inteiro.

O levantamento do Fórum Econômico Mundial mostrou que a diferença de salários entre homens e mulheres aumentou. No Índice Global de Desigualdade de Gênero de 2014, o País perdeu nove posições, e caiu da 62ª colocação para 71ª entre 142 nações. Na América Latina, o Brasil está na 15ª posição entre 25 nações.

Os salários dos homens são 70% maiores do que das mulheres. A renda média anual das trabalhadoras brasileiras é estimada em 10.820 dólares enquanto a dos homens em 18.402 dólares. O relatório leva em conta quatro variáveis: participação econômica (salários, oportunidade e liderança), educação (básica e avançada), capacitação política (representação nas estruturas de tomada de decisão) e saúde e sobrevivência (expectativa de vida e coeficiente sexual).

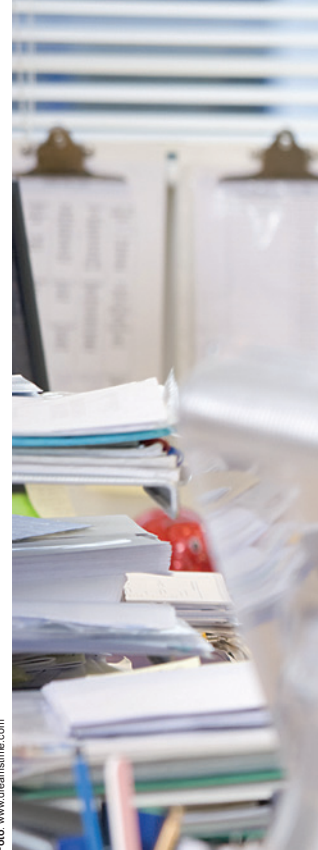
Teto de vidro

O Brasil está no grupo de países que investiram na educação das mulheres. Em contrapartida, não

removeram barreiras para a maior participação no mercado de trabalho. Nesse grupo estão também Japão, Chile e Emirados Árabes. “Ainda temos alguns obstáculos de gênero que atrapalham as mulheres, mesmo com igual ou melhor nível de escolaridade. Há barreiras invisíveis que fazem com que não consigam altos postos e cargos de trabalho e comando”, explica Marjorie Nogueira Chaves, doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB).

Ela, que é mestre em estudos feministas e de gênero pelo programa de pós-graduação em história pela UnB, aponta que existe o que se chama de ‘Teto de Vidro’: barreiras que não são formalmente colocadas,

Foto: www.dreamstime.com





como por exemplo, o preconceito de gênero, a questão da representação política e (uma das principais) a divisão sexual do trabalho.

“As mulheres ainda tomam conta da casa e dos filhos, o que faz com que tenham de se dividir em várias tarefas ao mesmo tempo e desistam de perseguir o topo de sua carreira ou que tenham mais dificuldade, pelo simples fato de nunca estarem tão disponíveis para viagens, horas extras etc.”, destaca.

Postos precários

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) das Nações Unidas divulgou, em novembro de 2014, três estudos sobre a igualdade de gênero. Segundo a CEPAL, 22,8 milhões de mulheres entraram no mercado de trabalho na América Latina nos últimos dez anos, graças a uma melhora dos níveis educacionais e do crescimento econômico. São 100 milhões de mulheres trabalhando atualmente na América Latina, mas essa cifra representa

apenas 50% das mulheres em idade economicamente ativa, em contraste com 80% dos homens empregados. Metade das mulheres empregadas ocupam postos de trabalho precários.

Apesar dos estudos e estatísticas indicarem as barreiras e obstáculos que ainda persistem no caminho das trabalhadoras em todo mundo, na América Latina e no Brasil, “a gente não pode ser pessimista”, alerta Marjorie. Ela lembra que algumas mudanças estão ocorrendo e os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mais recentes já refletem uma modificação.

Pequeno avanço

Segundo Marjorie, as mulheres estão ocupando mais postos de trabalho e progressivamente aumentando seus salários: “Existem algumas mudanças que temos que considerar. Muitas estão saindo da informalidade e contando com os direitos trabalhistas.”

Dados do Cadastro de Empregados e Desempregados (Caged),

divulgados em outubro de 2014, também indicam uma melhora na situação feminina em relação aos homens no mercado de trabalho. Mostram que elas estão avançando para a redução da defasagem salarial em relação a eles.

No salário médio real de admissão por grau de instrução, por exemplo, as mulheres sem escolaridade tiveram ajuste de 3,18% no emprego com carteira assinada, enquanto homens nesta mesma condição receberam 0,82% a mais entre janeiro e setembro de 2014, em relação a igual período do ano anterior.

“Na questão de gênero, tem acontecido que o aumento salarial das mulheres foi superior, em termos percentuais, ao dos homens”, afirmou o ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Manoel Dias. Como consequência, explicou na época, há uma perspectiva real de que os salários sejam mais equilibrados entre os dois sexos em um futuro próximo.



Foto: Lucio Bernardo Jr / Agência Câmara

Bancada feminina na Câmara dos Deputados

Maioria nas urnas e minoria entre os eleitos

No Brasil, ainda somos os mesmos eleitores que pouco elegem mulheres para cargos no Legislativo e nos governos

As mulheres são maioria na população brasileira e no eleitorado - de um total de mais de 142 milhões de eleitores, 52,13% são mulheres, ante 47,79% do sexo masculino. No Brasil e no exterior, mais de 74 milhões de brasileiras estavam aptas a votar. Entre os homens, esse número é de 68 milhões. Apesar disso, as mulheres continuam sendo minoria entre os candidatos aos cargos representativos.

O Brasil ocupa a 123ª posição no ranking da representação feminina no Parlamento de 189 países. O levantamento é feito pela União Interparlamentar (IPU) e avalia o percentual de mulheres nos Parlamntos nacionais. Países da América Latina como Bolívia (2º), Cuba (4º), Nicarágua (9º) e Equador (10º) estão bem à frente do Brasil, segundo dados de novembro de 2014.

Pioneiras do voto

Algumas mulheres mais audaciosas deram impulso à luta pelo voto feminino no Brasil, como **Leolinda Daltro** (fundadora, em 1910, do Partido Republicano) e **Bertha Lutz** (fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922).

E apesar da eleição da primeira prefeita do Brasil, **Luíza Alziro Soriano Teixeira**, em 1928, em Lajes/RN, as mulheres brasileiras só conquistaram o direito ao voto em 1932.

Porém, antes do decreto de Vargas, que definia que o eleitor era “o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo”, o governo do Rio Grande do Norte liberou o voto feminino em 1927, sob o argumento de que a Constituição, embora não o autorizasse, tampouco o proibia.

A pioneira foi a professora **Celina Guimarães Vianna**, a primeira eleitora do Brasil e da América Latina, alistando-se aos 29 anos de idade, na cidade de Mossoró. A primeira mulher a requerer a sua inclusão no alistamento eleitoral, entretanto, foi a professora **Júlia Alves Barbosa**, de Natal, mas o deferimento do pedido demorou porque ela era solteira.

A primeira deputada federal do Brasil, **Carlota Pereira de Queirós**, só foi eleita em 1934 e, embora aprovado no início da década de 30, o voto feminino só passou a valer, em caráter obrigatório, após a ditadura do Estado Novo.

No último pleito, houve um discreto crescimento da participação feminina na vida política do País, mas, na avaliação de especialistas e cientistas políticos, ainda está aquém das expectativas. A presença das mulheres cresceu pouco no Legislativo e caiu no Executivo estadual, depois das últimas eleições.

O Brasil tem avançado, ainda que lentamente. Em 2010, 45 deputadas federais foram eleitas. No último ano, o número passou para 51 (9,95%) entre 513 escolhidos pelo eleitorado. No Senado, foram eleitas cinco mulheres: duas se reelegeram e três conquistaram o primeiro mandato. A corrida já começou desigual no número de candidaturas. Das 5.940, 4.204 (70,77%) eram de homens e apenas 1.736 (29,23%) de mulheres.

“A gente tem uma configuração política que favorece as candidaturas que detêm um capital político muito grande e os grandes caciques da política. As mulheres acabam levando desvantagem, tendo toda essa dificuldade de ingressar na carreira política e, mais, de ascender”, aponta Breno Cypriano, cientista político e professor da Universidade de Brasília, UnB.

Nos governos estaduais, a participação feminina encolheu. Em 2010,

duas mulheres foram eleitas governadoras: Roseana Sarney, do PMDB, no Maranhão, e Rosalba Ciarlini, do DEM, no Rio Grande do Norte. Em 2014, apenas Suely Campos, do PP de Roraima (menor colégio eleitoral do País), foi eleita.

Apesar de os partidos serem obrigados a reservar 30% de suas candidaturas às mulheres, isso não tem se revertido em resultados satisfatórios. Para complementar, as que conseguem se eleger raramente ficam entre as mais votadas. Em 12 estados não houve mulheres entre os dez campeões de voto.

“A gente vê que grande parte das que entram são mulheres que se reelegem, com permanência por várias legislaturas e não há sequer renovação da participação das mulheres na política”, alerta Breno. Segundo ele, isso reflete a própria lógica do estado que é patriarcal e favorece a perspectiva do homem enquanto dominador e detentor do poder. “Enquanto não houver políticas que façam repensar esse papel de privilégio não vamos avançar”, lamenta.

Ele alerta para a própria configuração do aprendizado de meninos e meninas com muito mais possibilidade e liberdade dos homens de atuarem na esfera pública enquanto as mulheres na doméstica. “Tem um problema de ambição, a definição de papéis sexuais, que as mulheres têm atribuições de ainda cuidar dos filhos, da casa etc. Enquanto os homens, de uma forma geral, ainda são livres e não estão tão presos à esfera doméstica”, diz.

Eleições

2010

45 Deputadas federais eleitas

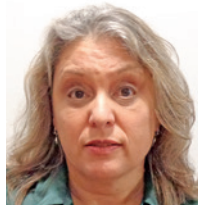
2014

51 Deputadas federais eleitas
9,95% entre 513 escolhidos pelo eleitorado

5 Senadoras eleitas
Duas se reelegeram e três conquistaram o primeiro mandato

Candidaturas

2014 Total: 5.940
Homens: 4.204 (70,77%)
Mulheres: 1.736 (29,23%)



Jacira Vieira de Melo

Filósofa, Mestre em Ciências da Comunicação e especialista em comunicação social e política nas perspectivas de gênero e raça. É diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão.



Luciana Gomes de Araujo

Jornalista Sênior do Instituto Patrícia Galvão - Mídia e Direitos.

Em descompasso com a sociedade

Quando a Revista *Mátria* solicitou este artigo, levantou três questões fundamentais para reflexão. São elas: A política é “substantivo masculino”? O que poderia mudar na política com o ingresso de mais mulheres? Os partidos políticos estão preparados para o pensamento feminino?

À primeira, respondemos negativamente, e não só por uma análise semântica. Entre as diversas acepções da palavra, estão, segundo

semântica e politicamente. Por isso, o desafio da agenda feminista é romper a barreira machista e misógina estabelecida como “tradições sociais” a fim de assegurar à mulher o espaço de poder que deveria por direito ser decorrência da contribuição social da parcela feminina da população ao desenvolvimento da humanidade. Mas para isso é necessário também transformar as estruturas e o sistema de poder vigente.

Dito isto, entramos no debate proposto na segunda questão apresentada pela Revista. No lançamento do relatório global de avaliação de avanços e desafios em relação às metas propostas pela Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo também em 1994, o diretor executivo do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Babatunde Osotimehin, apontou entre as desigualdades que ameaçam “inviabilizar o desenvolvimento”, as diversas formas de hierarquização de gênero. A representação efetiva das demandas de mulheres e outros segmentos oprimidos nos lugares de poder seria um passo fundamental para reverter esse quadro.

O reconhecimento da representação das mulheres nos processos de decisão política como indicador de desenvolvimento democrático, econômico, social e cultural de um país veio tardiamente, após a realização da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher promovida pelas Nações Unidas em Pequim (1995). E tal resolução só foi possível devido à ação

“

Os partidos políticos não só não estão preparados como se estruturam de forma extremamente fechada ao pensamento e presença feminina nos espaços de poder

”

o Dicionário Houaiss, “a arte ou ciência de governar”. E tal arte ou ciência não é, de forma alguma, uma deficiência “natural” das mulheres. O que ocorre é que a política é um espaço de poder e, como tal, controlado pelo segmento dominante da sociedade, que atua desde a Antiguidade para constituir uma estrutura patriarcal de organização e reprodução social e para manter os privilégios obtidos com esse modelo de civilização. O poder, sim, é um substantivo masculinizado

articulada em nível internacional de milhares de organizações de mulheres e feministas que atuaram para constranger os líderes mundiais a aceitarem que não era mais possível continuar excluindo das decisões sobre o futuro da humanidade a metade da população. Mas esse processo teve início ainda no século XIX, com as primeiras experiências de rebeldia feminina frente às regras estabelecidas que impõem às mulheres um lugar social de inferioridade e mitigação de direitos desde a consolidação das primeiras comunidades assentadas sobre a égide da apropriação privada dos meios de produção e reprodu-

“

Preencher a lista de candidatas deveria ser um desafio de construção de lideranças mulheres

”

ção. No entanto, 20 anos depois de Pequim – e apesar de diversos países já terem vivido a experiência de comando feminino em altos escalões e como primeiras mandatárias – a sub-representação das mulheres na política segue sendo um desafio apontado entre as metas de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas em todo o mundo.

O Brasil, lamentavelmente, está entre as nações que ocupam posição constrangedora no que diz respeito à representação de mulheres e negros/negras nos espaços de poder. Estamos atrás do Iraque e do Afeganistão, por exemplo, segundo o Relatório Global de Desigualdade de Gênero 2010, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial. Embora sejam inegáveis a força e a importância das mulheres no cenário socioeconômico e cultural brasileiro. O mesmo estudo coloca o País em penúltimo lugar em participação feminina no Legislativo Federal na América Latina e 112º entre 134 nações pesquisadas no quesito participação política das mulheres.

E então, chegamos à terceira questão proposta pela Revista. Os partidos políticos não

só não estão preparados como se estruturaram de forma extremamente fechada ao pensamento e presença feminina nos espaços de poder. No caso brasileiro, desde 2009 está em vigor uma importante mudança introduzida pela Lei 12.034, a chamada “Lei de Cotas”. Antes a legislação previa que, ao apresentarem as candidaturas a cargos eletivos, os partidos deveriam “reservar” no mínimo 30% das vagas para um dos sexos. Com a nova Lei, passou-se a exigir o preenchimento dessas vagas, além de garantir uma parcela do tempo no horário político eleitoral e 5% do fundo partidário para formação e estímulo à participação de mulheres.

A sub-representação de mulheres aponta a falta de comprometimento dos partidos. Preencher a lista de candidatas deveria ser um desafio de construção de lideranças mulheres, mas como não tem havido interesse das siglas em estimular a participação feminina, a maioria acaba incluindo as chamadas candidaturas “laranjas” apenas para atender a Lei Eleitoral.

Na tentativa de justificar o não preenchimento da cota, as agremiações argumentam que não conseguem encontrar número suficiente de candidatas. Aqui vale questionar: o que se fez desde a instituição da Lei 12.034/2009, que determina a destinação de 5% dos recursos do fundo partidário para a promoção da participação de mulheres na política?

Para reverter esse quadro de exclusão das mulheres na política, as propostas e debates sobre reforma política precisam incluir mudanças substantivas para as agremiações partidárias, cujas executivas são espaços de poder masculino e branco. A maior participação das mulheres na política e, em consequência, o maior índice de sucesso eleitoral dependem de um profundo processo de democratização dos partidos. Nessa perspectiva, uma reforma política que considere a desigualdade das representações de gênero e racial no Brasil é uma demanda pelo aprofundamento da democracia percebida pela população, como apontou a pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão em 2013.



Mulheres nas eleições de 2014 no Brasil – *elegibilidade*, um desafio que permanece

A história das eleições de 2014 terá entre seus registros a luta de mulheres com diferentes trajetórias para ocupar espaços de Poder e serem reconhecidas como lideranças políticas no País. Após o pleito terminado, os resultados nos permitem avaliar alguns ganhos, perdas e também desafios, em especial em relação àqueles obtidos nas eleições proporcionais. Os dados aparecem como contraditórios quando olhamos a disputa presidencial e as disputas situadas nos outros níveis eleitorais. Para a Presidência temos desde já importante legado a favor da igualdade de gênero - presença das mulheres que disputaram as eleições, suas trajetórias e suas votações. Nos outros níveis eleitorais os resultados são preocupantes, porque apontam para a repetição geral do padrão de *baixa elegibilidade*, substanciado no contingente de eleitas. É possível lançar olhares sob diversos ângulos e dimensões quando passamos da constatação do fato (baixa elegibilidade das mulheres), para a tentativa de entendê-lo, pensar suas causas e desdobramentos possíveis. Nesta breve análise destaco ângulos e apresento certos desafios no âmbito do debate sobre Reforma Política.

Leituras positivas possíveis

Destaco, primeiro, o aumento substancial das candidaturas. Só agora o Brasil chega, após 16 anos de aplicação de cotas em eleições proporcionais, ao que muitos países alcançaram no início da década de 2000, ou seja, ao patamar de 30% de mulheres nas listas de candidaturas ao legislativo. A análise dos caminhos de aplicação das cotas e, em especial, da sua eficácia, não é o objeto central deste texto. Mas o fato é que o objetivo direto das cotas era a ampliação do número de mulheres candidatas. Essas candidaturas avançaram em cerca de 50% entre 2010 e 2014. A pressão de movimentos sociais e de mulheres pertencentes ao mundo

político contribuiu para aprimorar a legislação em vigor. E o esforço dos tribunais e setores de justiça em fazer cumprir a lei tem sido fundamental. Além disso, é possível que, a esses fatores, se some uma razão de ordem subjetiva, a ser mais bem discutida futuramente: o *efeito simbólico* dos bons resultados das candidaturas presidenciais de mulheres nas eleições de 2010, bem como a presença de uma mulher na Presidência da República. A percepção do “se outras puderam eu também posso” tem sido apontada como efeito indireto da presença de mulheres em cargos elevados. Ou seja, pode funcionar como estímulo para que outras se candidatem e também como estímulos para os partidos incluírem mais candidatas ou consideraram de modo mais incisivo essa variável em seus cálculos eleitorais.

Como segundo ponto positivo, destaco o aumento de evidências de que não existe uma “resistência” dos eleitores em votar em mulheres. Os dados destas últimas duas eleições (2010 e 2014) demonstram a inexistência dessa resistência. O sexo do candidato não aparece como muito importante na definição de voto, e os eleitores assinalam isto quando perguntados se votariam em mulheres para presidente (Cavenaghi e Alves, 2012)¹. As evidências são os votos: primeiro o posicionamento geral e final das mulheres na disputa para o primeiro turno das eleições presidenciais. Em 2010 nove candidatos concorreram ao cargo de presidente. Duas mulheres: Marina Silva e Dilma Roussef. No primeiro turno de 2010, 69,5% dos votos válidos foram dados a essas candidatas.

No primeiro turno destas eleições (2014) houve onze candidatos concorrendo e três mulheres integrando a disputa (ainda que por força das circunstâncias, com a morte de Eduardo Campos). Entre os cinco candidatos que tiveram mais de 1% dos votos, três são mulheres. Respectivamente, 41,55%, 21,32 e 1,55% dos votos para

Dilma Roussef, Marina Silva e Luciana Genro. Estes votos somados dão um total de 64,46% do total de votos válidos. Mesmo com a variação de cerca de 5 pontos entre os dois pleitos, e independentemente de outras variáveis, a confiança na capacidade política das mulheres para governar o País é algo que a população brasileira vem demonstrando nas urnas. No segundo turno, que opera como uma seleção das preferências eleitorais, a disputa resultou no que sabemos: Dilma foi reeleita presidente, em campanha disputadíssima que mobilizou a sociedade como há muitos pleitos não se via. Obteve 51,64% dos votos válidos e Aécio Neves obteve 48,35%. Não se tratou, obviamente, de uma disputa de sexo ou gênero, mas, até por todo o cenário recente, reforçou a tendência mencionada acima sobre o eleitorado.

O terceiro aspecto positivo, e indicador do potencial de mudança na cultura política no País, ainda está no campo das eleições presidenciais: o das trajetórias das três mulheres que disputaram esse pleito. O Brasil avançou muito na sua Democracia e nas práticas políticas, mas ainda é um país bastante marcado por décadas de elitismo na política institucional. Elitismo este que se mostra, sobretudo, no peso dos sobrenomes e do dinheiro como canais de sucesso eleitoral, muitas das vezes sem que seus “herdeiros” tenham que provar nada, sustentados, apenas, na cultura patrimonialista, familiar e clientelista que domina muitas regiões. As trajetórias das concorrentes rompem com esses canais. Dilma Roussef e Marina Silva se firmaram sem sobrenomes políticos na sua história. Tampouco trazem origens de fortunas financeiras. Por caminhos diferentes, essas candidatas construíram suas trajetórias e se firmaram como nomes com potencial de disputa. A primeira na luta política de resistência à ditadura, posteriormente na militância partidária e em carreira política e atuação públicas em cargos do Executivos. E a segunda através de participação em movimentos sociais e de carreira política em legislativos, se destacando como defensora de causas sociais e ambientais. Luciana Genro tem o sobrenome do pai (figura histórica na fundação do PT e na política regional do Rio Grande do Sul) e é até provável que esse vínculo possa ter operado como reforço inicial e tenha servido para afiançar a sua carreira eleitoral. Ao mesmo tempo, sua trajetória política desde sua militância partidária, sua atuação legislativa, e, sobretudo, sua candidatura e desempenho como candidata a presidente, não deixa dúvida sobre a ruptura

com esses canais tradicionais e seu percurso próprio. Nesse sentido, se trata, também, de uma eleição que fez história e merece ser detalhadamente examinada no médio prazo.

O quarto item que pode ser considerado positivo é relativo ao percentual de mulheres eleitas para o Senado. Desde 2002 o patamar de eleitas para a Casa estava estacionado em cerca de 15% do total. Neste ano, assim como em 2006, foram 27 vagas em disputa. Houve 13,4% de candidatas ao Senado e duas mulheres foram eleitas. Em 2014 cinco candidatas se elegeram, o que passa a corresponder a 18,5% do total de eleitos. A eleição para o Senado tem um princípio majoritário. Ainda que tímido, esse resultado também indica que, quando as mulheres conseguem passar pelos filtros da disputa e conseguem mostrar suas propostas, competindo em cenários majoritários, há um grau maior de chance de vitória.

Como quinto aspecto há o próprio resultado para a Câmara Federal. Se for considerado em relação com as eleições anteriores, os números são positivos, embora baixos. O percentual de eleitas estava estacionado, há muito tempo, em 45 mulheres ou 8,8% do total. Nestas eleições as 51 deputadas eleitas correspondem a 9,9%. Isto significa um incremento de 13,3% em relação ao pleito anterior. Tomando-se por base os eleitos em cada eleição, e não quem entra posteriormente como substituto de eleitos, ou seja, e não os suplentes, conclui-se que não houve um decréscimo ou retrocesso. Talvez a leitura negativa que tem predominado se deva às expectativas com as cotas eleitorais de candidaturas. Muitos argumentos por cotas e para ampliar as normas obrigatórias sobre os partidos foram baseados na premissa de que, a uma porcentagem de candidatas corresponderia, mais ou menos, uma porcentagem de eleitas. Expectativa errônea porque excessivamente matemática e normativa. Ademais com várias indicações prévias de que não havia como funcionar.

Como sexto item destaque que a fragmentação eleitoral aumentou mas não prejudicou diretamente as mulheres. A relevância (ou problema) está no fato de que mais atores institucionais (partidos) entraram na cena da Representação. Em 2010 houve 22 siglas que elegeram representantes para a Câmara dos Deputados. Em 2015 a Câmara terá 28 partidos representados. Nesse cenário também aumentou o número de legendas com presença de mulheres. De 14 partidos no ano de

2010 para 17 nestas eleições. Como há grande controvérsia sobre os efeitos da fragmentação partidária não só sobre eleitores, mas sobre possibilidades de candidaturas se viabilizarem, vale a pena destacar esse aspecto para debate na Reforma Política.

Por fim, cabe notar que os dois maiores partidos da Câmara tiveram suas bancadas reduzidas – o PT passou de 88 eleitos para 70 e o PMDB de 71 para 65. Apesar disso, ambos mantiveram os números absolutos de mulheres eleitas em 2010 (respectivamente, 9 e 7). Nesta eleição a terceira bancada ficou com o PSDB. Este partido registrou um ligeiro crescimento: sua bancada passou de 54 para 55 deputados. E o número de mulheres eleitas que em 2010 foi de três, subiu para cinco.

Resultados negativos e os enigmas da elegibilidade

Em dois níveis de disputa – Governos estaduais e Assembleias Legislativas - os resultados, quando considerado o raciocínio anterior, ou seja, comparação com 2010 ou antes, foram negativos. Dezoito mulheres se lançaram para o cargo de Governador, mas no primeiro turno nenhuma mulher foi eleita. Em seis estados elas ficaram em terceiro lugar. Em apenas um estado houve uma mulher disputando a vaga de Governador no 2º Turno e foi eleita.² Igualmente preocupante é o resultado para as Assembleias Legislativas. Só 11,3 % dos eleitos são mulheres. Em 2010 esse percentual chegou a 12,8%. Uma vez que as eleições no Brasil são “casadas”: presidente, senador, governador e deputado estadual – é provável que esses efeitos tendam a se relacionar.

Por fim, considerando que esses dois espaços proporcionais - Câmara de Deputados e Assembleias Legislativas - foram objeto da adoção das cotas, nota-se que o incremento de candidaturas de cerca de 50% e a meta geral atingida de um mínimo de 30% de candidatas confirmaram certo efeito invertido na relação entre candidaturas e vagas. Para a Câmara dos Deputados no ano de 2010 foram registradas 1335 candidatas e foram eleitas 45 deputadas. Ou seja, 3,4% das mulheres que se candidataram se elegeram. Em 2014 o total de candidatas aumentou para 1767 e, mesmo crescendo o número absoluto de eleitas, proporcionalmente esse universo foi reduzido para 2,9% de candidatas eleitas.

Para as Assembleias Legislativas o quadro foi o seguinte: em 2010 foram registradas 3498 candidaturas. Foram eleitas 137 mulheres correspondendo a

3,9% do total de candidatas. Em 2014 foram registradas 5651 mulheres como candidatas e foram eleitas 120. Isto corresponde a 2.1% do total de mulheres que se candidataram. Em ambos os níveis das eleições, a proporção de eleitas entre todas as candidatas é baixa. A ampliação das candidaturas revelou um ponto frágil, pouco tratado e situado na *competitividade das mulheres*. Em outras palavras, sobre uma *gramática política* muito baseada na Matemática. Em especial nas suas condições de elegibilidade em mercados eleitorais mais diversificados, com regras que desfavorecem quem está fora e/ou não porta determinados “requisitos” para o acesso a esse campo de eleição.

No Senado os resultados melhores (ou menos piores) talvez se devam a duas razões. Primeiro, quem se habilita e consegue ser candidata já passou por um grande filtro e mostrou portar recursos a mais para concorrer. E, segundo, uma vez candidato(a) ao Senado, há (ou tende a haver, pela lógica eleitoral) uma espécie de vetor hierárquico num sentido ascendente do cargo: muitos concorrentes nas campanhas para Deputados Federais e Deputados Estaduais trabalham pedindo votos para um único candidato a Senador. Já para os cargos de deputados parece ocorrer algo inverso. Possivelmente, dadas as características da campanha eleitoral para proporcionais, o que deveria ser o agrupamento de pessoas concorrendo *no e pelo* partido, diversificados na sua composição mas juntos em torno de objetivos programáticos, “espelhando”, no estado (como espaço geográfico da eleição), a diversidade de opiniões, demandas, perfis, entre outros aspectos, tende a ser também uma disputa *intra-partidária* com os candidatos de um mesmo partido competindo entre si. A eleição para Deputado Federal tende a ser o cenário mais complicado pois, na tradição da lógica política brasileira, é do competidor federal que os deputados estaduais esperam algum tipo de ajuda. À parte outras questões, a pergunta é: quem tem condições de disputar nessas condições? E, sobretudo, de vencer? Como os partidos se comportam? E quais são os perfis de quem tem se saído vitorioso nas competições eleitorais?

Há sinais contraditórios: vota-se em mulheres para o cargo mais importante do país, partidos lançam mulheres para cargos majoritários, mas, sistematicamente, nos cargos legislativos proporcionais temos resultados considerados tímidos. Longe de uma conclusão simplificada sobre os resultados matemáticos, o dado estimula a

indagação sobre o porquê de tais resultados continuarem tão mais favoráveis aos homens. Como proposto, a pergunta pode também ser invertida para: por que os homens continuam se elegendo mais e ocupando tamanho e desproporcional espaço em comparação com mulheres?

Papel dos partidos nos resultados e as amplas fronteiras que os contornam

Avaliações sobre resultados eleitorais e gênero estão chamadas a considerar múltiplas causas e fatores, e, por isto, também dificultam compreendermos quais são mesmo aquelas que determinam o seu sucesso ou insucesso. A multiplicidade inclui as características institucionais do sistema partidário, do sistema eleitoral (são articulados mas distintos), os valores culturais, as condições sócias econômicas e também os elementos psicológicos, simbólicos e contextuais. A eleição deste ano, marcada excepcionalmente pela morte de Eduardo Campos, é um caso emblemático dessas interveniências.

Sem dúvida, entender os “porquês” da sub-representação de mulheres passa por compreender as ações definidas pelos partidos e seus lugares como figuras institucionais centrais. O (insatisfatório) compromisso dessas organizações com políticas efetivas de estímulo parece ser fato e, por isto, é questão relevante no debate. Mas o horizonte da crítica política pode ser ampliado. Observou-se, entre mulheres dos vários partidos, um discurso sobre a diferença entre resultados de candidaturas e de eleitas. Discurso este que se apresenta diluído na substância e por demais genérico no conteúdo. Há uma pauta politicamente correta que tem sido assumida *consensualmente* pelos partidos. Isto, claro, demonstra a força da luta feminista neste último século e na década atual no Brasil. Ao mesmo tempo, essa pauta posiciona todas as agremiações num mesmo e difuso patamar, em certa condição confortável de responsabilidades. Pois se todo mundo é a favor da igualdade e é coerente nas decisões sobre os investimentos e a política, quem de fato não o é, ou não tem isso como algum princípio relevante?

A (in) efetividade das cotas impulsionou o debate sobre fatores intervenientes nos processos eleitorais. Aprimoramentos legais ocorreram. Há mais evidências sobre seus limites de sucesso dentro do tipo de Sistema Eleitoral e isto tem reorientado os objetivos dessa proposta, associando-as de modo mais amplo ao debate sobre Reforma Política. O papel dos Partidos continua

no foco das indagações. Contudo, neste ano, ao clássico problema do desinteresse partidário em fazer valer a Lei, se somam críticas sobre a forma displicente e burocrática como essa medida foi cumprida. O peso desse fator sobre os resultados se expressa, inclusive, através de frases emblemáticas que enfatizam a prática dos partidos “pegarem” mulheres e, até mesmo, de que houve *arrastão* partidário com esse objetivo (“pegar” mulheres). Aqui, a ressalva de que esse tipo de generalização tende a ser problemática se deve a três razões principais. Primeiro problemática porque coloca as organizações partidárias num mesmo (e rasteiro) patamar. Segundo, problemática porque tende a reforçar a imagem de mulheres como despolitizadas, manipuladas e vítimas, sem vontade, autonomia, interesses ou sem “agência”. E terceiro problemática porque secundariza perguntas sobre condições políticas e estruturais de desigualdade de gênero que reproduzem a adversidade à participação pública, ou resultam na sua diluição.

Some-se a isto um outro aspecto. O contexto recente apresenta ou intensifica polarizações e formatos de debate políticos e sociais que têm implicações concretas para uma “justiça de gênero” e que entram nessa equação de inclusão sob ângulos mais ampliados em relação há 15 anos, quando as cotas começaram a ser debatidas. O *apolicitismo* (como aversão à política, associação entre política, partidos e corrupção e ainda entre política e interesses particulares), tem sido estimulado, sobretudo, através da crítica aos Partidos Políticos. As organizações partidárias como tal têm sido percebidas, ou estimuladas a serem percebidas, como as “vilãs” da institucionalidade democrática.

O problema é que ainda não existem propostas viáveis e democráticas que substituam os partidos nesse papel da Representação. Partidos são (ou deveriam ser) organizações programáticas, ideológicas voltadas para disputar o Poder. Nas sociedades democráticas contemporâneas, onde vigora a Democracia Representativa, em geral são as organizações que congregam grupos e indivíduos que pretendem concorrer às eleições. E mesmo quando parte deles não expressa esses princípios, de alguma forma expressa valores e modos de organização da sociedade, incluindo-se aí como os diferentes grupos, segmentos, classes e pessoas lidam com a participação e organização cívicas e políticas. Ou seja, neste caso, não são instituições alheias e à parte do que também é a sociedade brasileira, descoladas de seus valores e

dinâmicas. Tampouco são uniformes nas suas estratégias, nos seus interesses ou nas suas formas de lidar com a questão da “igualdade de gênero”. De forma sintética, partidos não são abstrações e são formados por pessoas na forma de grupos de indivíduos que defendem proposições (sexuados, *generificados* e situados em posições de classe e interesses). A análise de suas condutas de maneira genérica limita o debate político, nivela essas instituições num mesmo patamar e deixa na superfície questionamentos mais amplos sobre as condições democráticas de competição. Nesse sentido, não é improvável que tais generalizações tendam a reforçar esse tipo de percepção.

Os partidos advogam a mesma coisa - igualdade de gênero - mas operam, inclusive nas eleições, de maneira diferenciada e obtêm resultados diferenciados. Além disso, no *exercício da crítica aos estreitos horizontes dos partidos no quesito igualdade de gênero*, importa a distinção entre compromisso partidários *efetivos* e *retóricos* e sobre condições gerais de competição que podem ser mais ou menos inclusivas. Aqui se pode perguntar, também, como os resultados recentes se articulam com esses propósitos mais gerais? Está fora de dúvida que a lógica eleitoral joga um papel próprio, mas qual o peso para compreendermos de forma mais precisa o que ocorreu com as cotas e os 30% das candidaturas? Então, sem perder de vista as cotas como uma tentativa de “caminho curto” para a eleição, cabe retomar perguntas tais como “será que o principal divisor de águas nos partidos para uma “justiça de gênero”³ está entre os homens e as mulheres dessas organizações? Quem ou quais organizações são mais ou menos favoráveis ao quê? E o que isso implica em termos democráticos?

Aparentes contradições e os tipos de recursos dos elegíveis

A título de contribuição para o debate, algumas perguntas e dados podem situar o “campo” no qual essa competição está ocorrendo. Primeiro, sabemos que é um campo desenhado pelo masculino como pertença, identificação física e formas simbólicas de significar a ocupação de espaços do Poder. Com base nessas características gerais, outras perguntas podem ser feitas: se trata de um campo neutro? Se não é neutro, quem ou quais atores se posicionam e em quais aspectos? E no que isso favorece a *sobre-representação* de homens e a sub-representação de mulheres? Quais condições

continuam centrais para entender a conjunção de fatores que persistem como obstáculos para mulheres?

Na perspectiva não só de gênero, mas feminista, identificar esse fator tem levado a outro patamar necessário do debate que é o da Reforma Política. Nesse sentido, parece importante no momento retomar um ponto que tem ficado meio diluído no (aparente) consenso construído em torno da pauta *gênero e acesso ao Poder* nas instituições de Representação Política e entre partidos: o de situar as organizações partidárias no campo ideológico de Esquerda, Centro e Direita. Esse marcador - o das agregações ideológicas, ainda que num sentido *latu* - é tido por muitos como superado. Mas se for pensado à luz do contexto eleitoral atual, dos debates que circulam no momento, assim como da agenda de Direitos Humanos (ou de seu cerceamento), a sua atualidade fica evidente.

Tendências identificadas em estudos comparados entre vários países apontam para maior elegibilidade entre os partidos da Esquerda e menor entre os partidos do Centro e da Direita. E no Brasil de hoje? No Brasil no (baixo) padrão de elegibilidade, a Esquerda tende a confirmar essa tendência. O rápido e incompleto exercício numérico a seguir pode ser um ponto de partida para essa retomada. Atualmente é difícil identificar os contornos claros do bloco de Esquerda no País. Mas apenas a título de verificação para o momento, e usando um critério alargado de certos compromissos com *a igualdade social* e com *direitos humanos*, foram elencados 7 partidos como de Esquerda e de Centro-Esquerda e que elegeram deputados federais.⁴ A soma de alguns números nesses partidos aponta para o seguinte: 156 eleitos para a Câmara dos Deputados. Isto corresponde a 30% de todos os eleitos. Entre esses 156 eleitos há 22 mulheres. Na classificação ideológica, a Esquerda e o Centro-Esquerda elegeram 14,1% de mulheres no total desse grupo. Essas 22 mulheres correspondem a 44% de todas as mulheres eleitas para a Câmara. Comparações mais parcimoniosas e desagregadas entre Centro e Direita permitirão maior acuidade. De todo modo, se pode notar que o peso da Esquerda na composição do resultado total de eleitas é maior, sejam quais forem as composições dos outros dois blocos. Há diferenças nos dados agregados por grandes grupos ideológicos. E estas indicam alguma coisa em investimentos, compromisso e resultados. O perfil ideológico importa às perspectivas feministas para pensar o gênero e suas iniquidades.

Passemos rapidamente à análise de alguns fatores e trajetórias que construíram os vencedores eleitorais deste ano de 2014. A pergunta que proponho é a seguinte: em que medida esses traços de trajetórias contam e ajudam a definir maior ou menor equidade nas competições? E como mulheres e homens se inserem nesses cenários que não são apenas conjunturais? A análise dos votos e dos resultados obtidos por mulheres que concorreram ao cargo de Deputado Federal sugere que, na média, há baixa competitividade. No entanto, é necessário pensar sobre o que confere “capacidade” na política em suas construções de gênero, mas também nas engenharias eleitorais e nas lógicas do atual Sistema Eleitoral. Ou, em outros termos, em que consiste a “competitividade” e em quais contextos. Conforme tenho escrito, assim como outros colegas, primeiro, nada indica que as candidatas que se habilitam sejam menos *capazes*. Há um grupo extremamente competitivo de mulheres. Esse grupo alcança, inclusive, a condição de campeão de votos em alguns estados. Mas as candidatas, em geral, estão em alguns nichos, assim como alguns homens. E se esta parte for excluída, a média de votos desse grupo fica bem abaixo da média dos homens. Então, retomando o argumento de que mesmo o termo “competitividade” não é desprovido de conteúdos que expressam certas realidades, pergunta-se: como certos traços nos ajudam a pensar sobre a competitividade no acesso ao poder? De qual competitividade estamos falando? Quais os recursos que têm determinado as chances de carreiras políticas vitoriosas e as trajetórias que se ampliam no Brasil?

O peso dos *recursos financeiros* está crescendo. E ser “competitivo” no Brasil parece estar se relacionando cada vez mais com a variável “dinheiro”.⁵ Os recursos financeiros contam e muito nas campanhas. Ser empresário, mesmo que pequeno ou médio, indica certa condição de ganho e possíveis vantagens eleitorais. De acordo com o DIAP,⁶ o número de pessoas eleitas e que se declararam empresárias aumentou entre 2010 e 2014. Nesta bancada recém-formada corresponde a cerca de 190 deputados. E a maior parte é de homens. Aqui as perguntas se voltam para saber qual a proporção de pessoas na população que se declara empresárias? E qual a proporção que corresponde às mulheres?

Aumentou também o número de “milionários” (pessoas que declararam ter mais de 1 milhão de reais). Ocorre que poucos na sociedade têm 1 milhão de reais ou mais e, menos ainda, as mulheres. Em pesquisa do

Consórcio Bertha Lutz, citada anteriormente (Araújo e Borges, 2012: 373) foi constatado que quando as mulheres tinham mais de um milhão de reais as suas chances de se elegerem mudava consideravelmente em relação à média, e se tornava até mais favorável do que as chances dos homens. Quando essa quantia estava abaixo de 1 milhão a tendência se invertia. Entre aqueles que declararam ter entre R\$ 100.000 e R\$ 1.000.000 as chances dos homens era de 1,63 e a das mulheres de 0,61. Praticamente o mesmo resultado ocorria quando esse valor baixava de R\$ 100.000 (cem mil reais). Esse dado mostrou duas coisas. Primeiro que as mulheres só melhoram ou até suplantam os homens quando têm mais de 1 (um) milhão de reais. Segundo, que é enorme o filtro eleitoral, já que só 6% de todos os candidatos declaram ter mais de 1 milhão de reais. Ou seja, mostrou o elevado custo de campanha e a sua seletividade. Então quem é competitivo? Como o atual modelo de financiamento interfere nas chances dos candidatos? A “competitividade”, portanto, não é neutra em vários aspectos.

Competitividade está ligada também a trajetórias. As trajetórias mais comuns já filtravam o sexo porque requeriam outros “requisitos” sociais para ser um político. E tais “requisitos” têm uma história “genericada” de sua construção, associação de imagem, naturalização de constructos sociais como qualidades, habilidades, entre outros aspectos. Ainda como “requisitos”, podem ser aqui citados: experiência, trajetória pública, recursos (não só em dinheiro e este já vimos), *tempo*, “*habilidade*” na *retórica* (que certas atividades, como ser pastor, ter ocupado outros cargos de representação política ou em outros espaços contribuem para os constituir). Em síntese, os chamados “grupos *out-siders*” (todos aqueles que estão fora da política e que ainda não foram “provados”) tendem a ter mais dificuldades para demonstrar suas capacidades para serem efetivamente representante. Mas isto também depende do contexto no qual grupos ou pessoas estão situados. Se os candidatos pertencem também a outros setores que costumam ser ou ter “capital político” nem sempre precisam ser provados em qualquer coisa. De fato, os resultados desta eleição mostraram que alguns desses “traços” se fortaleceram, e aumentou o conservadorismo que afeta diretamente a agenda feminista.

Outro aspecto a ser retomado é o do *familismo*, uma forma comum de reprodução das elites. Como

dito antes, eleição de parentes é uma forma de manter o poder entre famílias. Muitas vezes candidatos são indicados explicitamente como “herdeiros”, tal qual uma propriedade privada. Esse não é um privilégio do Brasil. Formas de *familismos* se reproduzem em diversos tipos de sistema políticos, Mas quanto mais democrático é o sistema maiores as chances de que outros canais funcionem mais e as famílias, menos. Nestas eleições foram reeleitos 40 deputados cuja principal referência para entrar foram os nomes de suas famílias. E foram eleitos outros 43. Em 2010 esse total foi de 78 deputados e em 2014 os eleitos com esse perfil somam 83 deputados (Diap, 17/10/2014). Ou seja, a bancada do “sobrenome” foi ampliada. Sabe-se que muitas mulheres entram por esse canal e não necessariamente deixarão de ter atuação relevante, ao contrário, o histórico mostra que muitas alçam voo próprio. Mas efetivamente o credenciamento prévio familiar, em geral, tem o objetivo de manter poderes anteriores conquistados. E quanto mais forte a bancada *familista* menos chances para outros indivíduos *out-siders*.

Outros dois perfis ressaltados pelo DIAP também merecem breves notas. Primeiro o aumento da bancada religiosa, ainda por ser confirmado em estudos posteriores. Segundo, a redução do número de deputados ligados a causas sociais. O levantamento do DIAP aponta para uma redução de quase 50% de eleitos na chamada bancada sindical: de 83 eleitos em 2010 para um pouco mais de 40 deputados em 2014. Em ambos os casos, e, resta sublinhar, ainda tratando de chances e não de agendas, é possível afirmar que refletem formas de acesso mais problemáticas para as mulheres. Senão vejamos: boa parte da bancada religiosa é composta de pastores de igrejas evangélicas e neopentecostais. O acesso a rádios, programas de televisão e púlpitos, sem dúvida confere uma chance inicial razoável na partida da candidatura. Ocorre que poucas são as igrejas que aceitam mulheres como pastoras, bispos ou pregadoras. O levantamento prévio indicou cerca de 40 pastores e bispos no interior dessa bancada. Por outro lado, sabe-se que entre os canais importantes de ingresso de quem não dispõe de recursos financeiros e não vem de famílias de elite estão os movimentos sociais e os sindicatos. A redução de ingresso via esses canais diz algo sobre a organização e participação popular nos processos eleitorais. E tende a resultar num estreitamento das chances de ingresso dos outros grupos

menos privilegiados do sistema político, incluindo-se a maior parte das candidatas.

Resta ainda assinalar que discutir a relação entre eleição e *recrutamento partidário* implica responder, também, a uma tendência já constatada em eleições anteriores: as (diferentes) chances de uma reeleição para homens e para mulheres. Cálculos estatísticos mostraram que em 2010, nas eleições para a Câmara dos Deputados, candidatos à reeleição tinham 23 vezes mais chances de se eleger do que quem não disputava a reeleição. Mas os homens tendiam a ter mais chances do que as mulheres – cerca de 22 vezes mais chances, ao passo que as mulheres cerca de 16 vezes (Alves e Araújo, 207). Os resultados de 2014 reforçam isto. Parece ser mais difícil para as mulheres manter seus mandatos do que para os homens. O que poderia indicar uma renovação, uma oxigenação da Câmara, no caso das mulheres parece indicar, também, ou sobretudo, fragilidade política e dificuldades estruturais na competição. Entre as 50 deputadas para o período 2015-2018, há 31 eleitas e 19 reeleitas. A assim chamada “renovação” parlamentar entre as mulheres é bem maior do que a proporção geral encontrada na Câmara. Segundo o DIAP, a renovação total da Câmara foi de 46,8% e entre as deputadas isto atingiu 68%.⁷ Com efeito, dados sobre eleição vs reeleição apontam, sobretudo, para a dificuldade das mulheres manterem seus mandatos, para maior rotatividade e possível fragilidade eleitoral.

Alguns desdobramentos práticos

Em suma, permanece um padrão de gênero bastante desfavorável para as mulheres nas eleições. Ademais, os resultados eleitorais recentes apontam para possíveis efeitos conservadores que afetam a própria ideia de igualdade de gênero. Efeitos indiretos que estão associados a uma perspectiva democrática na Representação, com enorme impacto sobre uma agenda feminista. A conjuntura atual reforça o foco da política e de pesquisas numa agenda de Reforma Política e de relações entre compromisso partidários e estruturas sociais que influenciam os percursos e trajetórias dos que serão elegíveis.

Cabe lembrar que há cerca de duas décadas algumas análises sobre partidos políticos começaram a situar e separar as chamadas *estratégias da retórica* das *estratégias efetivas*. Com o foco no aprimoramento da legislação de cotas, as expectativas foram direcionadas

para o *poder normativo* sobre os partidos. O momento pede a ampliação do debate, incluindo as análises sobre as dinâmicas organizacionais e de ingressos nos partidos, assim como as relações com fatores externos. Isto pode contribuir para sair de certo “afunilamento” do debate aos atuais parâmetros quantitativos das cotas.

Um tópico mais imediato e que pode gerar perguntas interessantes pode ser o da avaliação quantitativa do *alargamento do recrutamento eleitoral para concorrer*. Políticos e pessoas dispostas a concorrer só minoritariamente surgem de um processo endógeno aos próprios partidos. Ou seja, se originam das máquinas partidárias e das dinâmicas internas que produziriam os potenciais concorrentes. Surgem, de forma majoritária, de outros espaços de organização social, econômica, cívica da própria sociedade. E, mais recentemente, de carreiras individuais de personalidades com algum tipo de recurso, como por exemplo personalidades carismáticas ou famosas por alguma razão.

Análises sobre os processos internos de recrutamento têm sido feitas, mas são localizadas ou, no máximo, comparam alguns estados.⁸ Com as eleições de 2014 cria-se uma base empírica mais consistente para construir um panorama mais geral sobre a *efetividade das candidaturas*. Esse caminho pode se iniciar com o mapeamento dos resultados quantitativos da distribuição de votos entre candidaturas vencedoras e não vencedoras. Perguntar como a distribuição das candidaturas não vencedoras ocorreu, do ponto de vista de seus resultados eleitorais – votos – além de saber quais são os perfis dos elegíveis, acrescenta ao debate uma análise sobre o que é ser *candidata de cotas e ser candidata efetiva*, na atual lógica de sistema eleitoral. E como fazer para tornar ou ao menos aproximar ambas as categorias. Essa via permite conhecer mais a fundo essa distribuição, além de problematizar sob outro ângulo a prática de colocar “laranjas”. O ângulo da presença e da ausência, de como são olhadas se são homens e ou se são mulheres. Esta prática (de “laranjas”), é importante que se diga, não decorre das cotas e, tampouco, atinge apenas as mulheres. É provável que sejam encontrados muitos “laranjas” ou pessoas que compuseram listas e pertençam ao sexo masculino. Ou ainda, que antes mesmo das cotas essa prática já vigorasse. Mas como são as mulheres que sempre são chamadas a justificar o seu lugar no mundo, são também chamadas a justificar sua inserção, como direito, ou como desvio. Cabe registrar que o fato de afirmar a provável e anterior

existência da prática de colocar pessoas apenas para preencher número, os “laranjas” de modo algum retira o seu significado enganoso, bem como a necessidade de usar dos recursos normativos existentes para denunciar e demandar mais compromisso. Apenas coloca em questão o discurso que pode vir anexo ao da punição judicial, incluindo as mulheres como “marionetes” ou como culpadas e “proveitadoras” da situação.⁹ Ou seja, coloca em questão esse desconforto de estar sempre “fora do lugar”.¹⁰

Como acenado mais acima, e com base em proposta de Murray,¹² talvez seja momento de inverter o foco do questionamento e da demanda por maior equilíbrio de gênero. Ao invés de “quem falta”, o foco pode ser sobre quem excede nas listas assim como em outros parâmetros de concorrência democrática cuja referência é certa equilíbrio na diversidade social. Nesse mesmo sentido de inversão de foco, sugiro que um outro item a ser pensado é o do “mercado eleitoral” de candidaturas. Poderia ser verificado se o volume de candidaturas atualmente existente é justificável do ponto de vista substantivo mas também pragmático e prático. Assim, as perguntas poderiam ser invertidas para saber se as vagas em geral vêm sendo preenchidas recorrentemente por homens competitivos; se há equilíbrio entre vagas disponíveis e vagas preenchidas; para pensar se e como esse preenchimento expressa a relação entre candidaturas *formais* e candidaturas *efetivas*, entre outros aspectos. Derivando desses achados, por que não discutir se é o caso de reduzir o número de vagas de candidaturas/partidos? Em outros termos, por que não discutir se a atual oferta de vagas faz sentido do ponto de vista democrático, já que ela foi modificada no exato momento em que as cotas foram adotadas?

Em suma, observando sob um ângulo não apenas equitativo numericamente, pode-se sugerir que os processos eleitorais recentes guardam mais aspectos contraditórios do que negativos. A crítica feminista pode colaborar ainda mais para situar o papel das organizações partidárias e sua responsabilidade no processo de ingresso das mulheres. Há cerca de duas décadas algumas análises sobre partidos políticos começaram a situar e separar as chamadas *estratégias da retórica* das *estratégias efetivas*, é oportuno refletir mais a fundo sobre isto, sobre se há ou não diferenças entre as formas dos partidos de incluir mulheres. É oportuno também alargar os temas sobre os quais queremos discutir e debater a Reforma Política e sobre mecanismos de equidade de gênero e de inclusão de mulheres.

Notas

- 1 S. Cavenaghi e J.E.Alves, “*Quem vota em quem? Um retrato das intenções de votos nas eleições para presidente em setembro de 2010*”, in J. Alves, C. Pinto e F. Jordão (Org) *Mulheres nas eleições 2010*, ABCP\SPM, 2012.
- 2 O perfil dessas candidatas é digno de estudos futuros, sobre essa marca contraditória entre candidaturas tradicionais e até problemáticas eticamente e a (justa) demanda por mais espaços de poder.
- 3 Termo tomado emprestado de Fraser, *apud* Araújo 2014.
- 4 Critérios genéricos, momentâneo, sem outras pretensões que a de visualizar o peso do que, *grosso modo*, pode ser entendido como Esquerda: PT, PDT, PSB, PC do B, PSOL, PPS e PV. A tentativa de fazer o mesmo com Centro e Direita e Centro-Direita se mostrou difícil e precipitada.
- 5 As pesquisas de Speck e Sachett e de Araújo e Borges, em 2010, publicadas no livro “mulheres nas eleições 2010” (2012), mostraram claramente o peso do dinheiro.
- 6 Informações e dados sobre os perfis mencionados foram retirados, principalmente, do site do DIAP (Departamento Intersindical de Ação Parlamentar (www.diap.org) entre os dias 14 e 19 de outubro de 2010.
- 7 Convém ressaltar que algumas deputadas não voltarão aos seus mandatos porque concorreram a outros cargos, ou ainda, porque decidiram não concorrer para a reeleição a fim de ocuparem outros cargos. Foram os casos, por exemplo, das Deputadas Rose de Freitas, do Espírito Santo e Manoela D’Ávila no Rio Grande do Sul.
- 8 Análises sobre os processos internos de recrutamento têm sido feitas, mas são ainda insuficientes. Aos interessados Alvares (2004); Santos et al (2012), e Palmeira e Nyliin (2012) e Araújo e Borges (2012).
- 9 Como visto em alguns veículos de mídia.
- 10 Termo apropriado de François Collin em texto de 1987.
- 11 Como propôs Murray (2012), inverter a pergunta para o porquê de existir uma sobre-representação dos homens. E aqui acrescento, mesmo quando os espaços podem se mostrar desnecessários, ou excessivos para o momento, como pode ser o caso do número total de vagas oferecidas. No nosso caso, cada partido pode apresentar até 150% do número de cadeiras a que o estado tem direito no congresso nacional. Sobre a pergunta geral ver Rainbow MURRAY; “Quotas for Men? Reframing gender quotas as a means of quality control”. Encontro anual da APSA, agosto de 2012.



Clara Araújo

Doutora em sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do RJ, professora adjunta do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenadora da linha de Pesquisa Justiça e Desigualdade nas Práticas Sociopolíticas. Desenvolve pesquisas na área de relações de gênero, com concentração nos temas da cidadania e participação política e da família. Premiada com o Diploma Bertha Lutz, é autora de diversos artigos em periódicos e coletâneas. O texto foi originalmente publicado no site da Agência Patrícia Galvão (www.agenciapatriciagalvao.org.br em 31/10/2014), com dados atualizados.

Justiça sem perder a ternura

Como as mulheres estão mudando o Judiciário

Era uma casa muito engraçada, ela tinha teto, tinha tudo. Tinha amor, compreensão e, sobretudo, o olhar feminino para acolher quem ali chega. A nova Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande, MS, é um daqueles lugares onde a Justiça tem um olhar feminino.

Inaugurada em 2015, é a primeira no País a “eliminar a *via crucis* das mulheres” na busca de atendimento e emissão de medida protetiva contra seus agressores. Na Casa, haverá uma estrutura completa de atendimento à mulher com a presença dos diversos setores do estado. À frente do Ministério Público na instituição está a promotora Paula da Silva Santos Volpe.

“Lá, somos a maioria mulheres. Isso para que a mulher, ao chegar vitimizada ao local, se sinta acolhida”, explica Paula. Ela, que é promotora de Justiça do Ministério Público do estado desde 2003, escolheu a profissão “para poder ajudar a sociedade e, na minha opinião, ninguém faz isso como o Ministério Público”, complementa.

As mulheres estão presentes nos mais variados momentos da Justiça brasileira e, cada vez mais, ocupam cargos e imprimem o olhar feminino

no cuidado e no trato com a questão jurídica. “Eu acredito que a mulher pode ter sim essa sensibilidade a mais na hora de analisar e decidir sobre questões como a violência doméstica, contra a mulher, o meio ambiente e a própria corrupção”, avalia.

A Justiça do Trabalho foi a primeira a ter uma mulher (Cnéa Cimini Moreira, nomeada em 1990) no cargo de ministro do TST e é o tribunal superior com o maior percentual (20%) de mulheres em sua composição, de acordo com levantamento divulgado em 2011. No STF, as mulheres ocupam 18% dos cargos, e no STJ 15%.

Na primeira instância, as mulheres já ultrapassavam o número de juízes titulares, embora em pequena escala: ocupam 0,2% mais cargos. Entre os juízes substitutos, porém, o avanço é maior: dos 1.420 cargos, 777 são ocupados por mulheres, representando 54,72%, com apenas 643 exercidos por homens.

Entre tantas, há mulheres como a baiana Luislinda Dias de Valois Santos, a primeira mulher negra a se tornar juíza no Brasil. O título é apenas um dos que a magistrada somou ao longo de sua carreira no Judiciário.



Para Paula Volpe, a mulher tem uma sensibilidade a mais na hora de analisar e decidir





Foto: George Gianni

*Primeira juíza negra do país,
Luislinda de Valois fez a diferença*

Luislinda falou para a Revista *Mátria*, em 2012, a dois meses de completar 70 anos e, na ocasião, relatou o olhar de uma juíza mulher e negra. Ela se definiu como muito decidida: “Vou e não retorno, só volto com resultado na mão”, disse.

Idealizadora dos Balcões de Justiça e Cidadania, do Juizado Itinerante Marítimo Baía de Todos os Santos e da Justiça Bairro a Bairro, criados para facilitar o acesso da população carente aos serviços judiciários, fez a diferença não só por sua própria história, mas pela defesa das causas dos negros.

Assim como Luislinda, Maria Berenice Dias, também é uma pioneira no que faz. Primeira mulher a ingressar na magistratura do Rio Grande do Sul e primeira Desembargadora do estado, depois de integrar o Poder Judiciário por 35 anos aposentou-se e abriu o primeiro escritório de advocacia especializado em direito homoafetivo.

Foi também a primeira magistrada do Brasil a reconhecer o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Além de advogar na causa LGBT, Maria Berenice também celebra uniões gays como juíza de paz.

“Quando comecei no Direito, a lei tratava mal as mulheres. A Justiça que eu havia aprendido na faculdade era muito diferente da prática. Dentre todas as áreas jurídicas, a que mais maltratava o universo feminino era o direito de família. Então, foquei minha atuação aí. Pesquisando o direito de família, em nome das mulheres, fiquei completamente surpresa por não ter encontrado nenhuma decisão neste Brasil dizendo que homossexuais eram famílias e poderiam ter direitos reconhecidos. Entrei para causa gay brigando pelas mulheres”, revelou em entrevista ao portal IG.

A verdade é que mães, irmãs, filhas, as mulheres levam para a Justiça brasileira um toque de quem sabe que é sua função constatar os fatos, prestar atenção às partes e aplicar a lei sem perder a ternura. “As mulheres estão entrando cada vez mais no mercado de trabalho e, com todas as suas peculiaridades, cada um é do seu jeito, homens e mulheres, mas eu acho que a gente só agrega no universo jurídico, fazendo bem à população”, disse Paula Volpe, que encerra com uma frase que, para ela, define a mulher na Justiça: “sou metade da população e mãe da outra metade”.



Foto: www.femini.com.br

*Maria Berenice Dias – entrei na causa
gay, brigando pelas mulheres*

Desaprendendo o racismo

A escola tem o desafio de ensinar que somos todos iguais apesar das diferenças. Superar o preconceito não é uma lição simples, mas boas experiências mostram que existem muitas formas de tentar

Por **Marcionila Teixeira**
Fotos: **Jobeni Oliveira**

Renata (nome fictício) era apenas uma criança quando tomou a decisão de ingerir água sanitária para tornar a cor da pele branca. Estudante de uma escola municipal de Recife, em Pernambuco, a menina terminou hospitalizada e seu caso transformou-se em uma espécie de alerta nos corredores das unidades de educação.

Carmem: ampliando a consciencia dos alunos e difundindo a valorização da identidade

“Conheço meninas negras cujos cabelos já passam por alisamento com autorização da mãe, que desejam embranquecer a filha. Afinal, a estética do branco é a valorizada. Percebo que isso ainda é muito forte em Recife”, conta a professora Carmem Dolores Alves. Mestre em educação com o trabalho *A implementação da lei 10.639 nas escolas municipais do Recife* e ganhadora do Prêmio Geledés, com o projeto *Conhecendo a África através das brincadeiras*, a professora também desenvolveu o *Ciranda da leitura de contos africanos e afro-brasileiros*, com o objetivo de incentivar a produção autoral de crianças e adolescentes e difundir a valorização da identidade.

Respeite o cabelo pixaim foi uma das publicações resultantes do projeto *Ciranda*, aplicado em 2013 na Escola Paulo Freire, no bairro Torrões, com crianças de 9 e 10 anos. Com base na releitura do conto afro-brasileiro *O mundo começa na cabeça*, que conta a história de como os penteados das crianças são valorizados em aldeias africanas, vinte meninos e meninas prepararam a obra, sob a coordenação da professora. A ideia agora é levar o projeto para a Escola Reitor João Alfredo, na Ilha do Leite, também na



capital pernambucana, onde Carmem Dolores trabalha com apoio pedagógico. Outra novidade para fortalecer o combate ao racismo nas escolas e ampliar a consciência dos alunos é o lançamento do livro, ainda este ano, por iniciativa da prefeitura.

O baobá, principal símbolo de países africanos e cuja história de chegada ao Brasil está ligada à entrada de escravos negros e negras, foi a inspiração para a professora Célia Cabral aplicar a lei 10.639 na Escola Estadual Mariano Teixeira, em Areias, em Recife. Há nove anos ela plantou um exemplar no terreno da unidade de educação e começou a exercitar entre os jovens a maneira como um enxerga o outro. “Procuro trabalhar a igualdade. Quando todos dão as mãos e juntos abraçam o baobá, percebem que não existe diferença entre eles”, conta. Ela fala que a ideia surgiu a partir de uma visita dos alunos ao Palácio do Governo, no centro da cidade, onde existe um baobá. “Vários questionamentos surgiram e resolvi fazer o projeto *Baobá, a semente que veio da África*”, completa. Pernambuco, inclusive, é o território de maior concentração de baobás do mundo, perdendo apenas para a África.

Didática

O trabalho de Célia Cabral deu certo e ela buscou mais inspirações para combater o racismo em sala de aula, desta vez em Malunguinho, entidade afro-indígena inspirada na figura do líder João Batista, do Quilombo de Catucá, que existiu em terras pernambucanas. Conta a história que ele libertou muitos escravos e era temido pelos senhores brancos, pois tinha uma chave mágica para abrir as correntes das senzalas. “Não ouvimos muito falar de Malunguinho,



Fantoches Malunguinho promovem a igualdade

que tem uma grande história de resistência a ser reconhecida. Criamos, então, um grupo de fantoches para contar a história dele, unindo o lúdico à informação”, explica.

A história de Malunguinho também é divulgada nas escolas, universidades e terreiros por Alexandre L’Omi L’Odò, sacerdote do culto aos orixás (Iyawò), juremeiro (de tradição religiosa afro-ameríndia) e idealizador do Quilombo Cultural Malunguinho (QCM), junto com o pesquisador João Monteiro. O QCM é uma instituição voltada à informação, pesquisa e formação na cultura e prática afro-indígena-brasileira. Juntos, os dois pesquisadores propuseram a criação da lei 13.298/2007, que instituiu no calendário oficial do estado a *Semana da vivência e prática da cultura afro-pernambucana*, em setembro. “Uma turma de universidade, por exemplo, já teve aula no terreiro onde sou filho e isso é muito revolucionário na perspectiva de extinção do racismo. Tenho dado aulas sobre o assunto em vários lugares do País, a quem interessar e a quem não interessar também”, ressalta.

As equipes escolares têm percebido o racismo e a intolerância entre alunos e mesmo nas relações

entre profissionais. Samuel da Luz, coordenador da Gerência de Igualdade Racial da Prefeitura do Recife, também está alerta para o racismo institucional. “Há relatos de casos de dirigentes tratando mal o pessoal de serviço geral e de funcionários negros preteridos nas ações da escola ou chamados para participar somente em cima da hora”, revela.

Na opinião de Samuel da Luz, apesar das iniciativas, o caminho ainda é longo no combate ao racismo nas escolas. “Ninguém declara ser racista porque racismo é crime, mas estimulamos as denúncias pelo Disque 100 e fazemos encontros, inclusive o da juventude negra nas escolas municipais”, destaca. Ao longo da experiência com alunos, Samuel conheceu a história de um jovem de 18 que deixou a sala de aula ainda criança porque a mãe não queria ver o filho sofrer com os apelidos que ganhava nos corredores escolares por ser negro. Especialistas alertam que casos como esse precisam ser comunicados à direção do colégio ou outros órgãos, como conselhos tutelares e Ministério Público, na tentativa de frear os abusos e interromper o ciclo de violência.

Igualdade racial deve ser uma política estruturante

Entrevista com a ministra **Nilma Lino Gomes** da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial



Revista **Mátria**: Na sua avaliação, quais os principais avanços para a igualdade racial que a Seppir vem ajudando a construir nos últimos anos?

Nilma Lino Gomes: A criação da Seppir é resultado da luta histórica do Movimento Negro e foi, sem dúvida, um marco dessa luta, pois sinaliza o reconhecimento, pelo governo brasileiro, da importância do tema e da necessidade de políticas específicas no combate ao racismo e à discriminação racial. A institucionalização da pauta possibilitou diversos avanços, a começar pelos marcos legais que tornam possível transformar a política de promoção da igualdade racial em uma política de Estado. Esses marcos incluem a Lei nº 10.639, de 2003, que estabelece o ensino da História e da cultura africana e afro-brasileira nos

currículos das escolas de ensino fundamental e médio da educação básica, uma das primeiras leis baseadas em ações afirmativas; a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, aprovada em 2006; a Lei nº 12.288, de 2010, que criou o Estatuto da Igualdade Racial, e a Lei nº 12.711, que estabeleceu o Sistema de Cotas em 2012. Tudo isso aconteceu graças à institucionalização da pauta, que ganhou maior visibilidade e um espaço permanente na agenda nacional. É importante destacar que o trabalho da Seppir incorpora, além da população negra, outros grupos étnico-raciais que são vítimas do preconceito racial, como os ciganos, os povos e comunidades tradicionais. Essa articulação por si só já é um grande desafio e temos consciência de que ainda há muito a fazer para que o Brasil adote políticas de Estado que

atenda as demandas sociais, políticas e educacionais desses segmentos.

Quais são os atuais desafios para a promoção da igualdade racial na área da educação? A política de promoção da igualdade racial é uma política intersetorial, envolve os diversos setores do governo, incluindo, claro, a educação, que tem um papel prioritário na formação das nossas crianças, jovens e adultos. A educação é um dos canais para a mudança do perfil de uma sociedade, contribuindo na redução das desigualdades e construção da justiça social. Portanto, a educação tem um papel fundamental no nosso desafio de superar o racismo e a discriminação racial, com a parceria de professores e educadores, que devem ser preparados para estimular o debate desde cedo nas salas de aula. Nesse contexto, cabe à Seppir reforçar o diálogo com

as diversas áreas do governo e, em especial, com o Ministério da Educação, a quem cabe implementar as ações e políticas educacionais. Este é o desafio maior, de enraizar, em todas as ações do governo, e na relação com estados, municípios e DF, que a promoção da igualdade racial deve ser uma política estruturante e não somente transversal.

A violência policial é um sério problema que vem atingindo sobretudo os jovens negros. Que medidas a Seppir está tomando para erradicar essa situação? A questão do enfrentamento à violência contra a juventude negra é uma pauta histórica do movimento negro brasileiro que sempre foi trabalhada pela SEPPIR e que recentemente foi alçada à condição de tema prioritário na agenda presidencial.

Com o lançamento do Plano Juventude Viva, o Plano Nacional de Prevenção à Violência contra Juventude Negra, a SEPPIR, em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República, articula a ação de outros nove ministério do governo federal com o objetivo de desenvolver políticas e programas voltados para criação de oportunidades de inclusão social e autonomia; oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência nos territórios mais vulneráveis; e aprimoramento da atuação do Estado, por meio do enfrentamento ao racismo institucional e sensibilização de agentes públicos para o problema da violência contra jovens, especialmente jovens negros.

Desde 2012 o Juventude Viva foi lançado em oito estados (São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Paraíba, Distrito Federal, Alagoas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) e nos próximos anos

será expandido para todo o país. A orientação da Presidenta Dilma para reduzir o número de mortes com juventude negra é seguir com medidas que dialoguem com o eixo central do governo no campo da educação, do enfrentamento a todas as formas de violência e discriminação e da garantia de direitos. É preciso orquestrar um grande pacto nacional em defesa da vida da juventude negra brasileira e o Juventude Viva é um importante passo neste sentido.

Como é a relação com os demais ministérios? Já existe uma cultura mais aberta para receber políticas de promoção à igualdade racial ou ainda existem resistências? A Seppir está em funcionamento há onze anos e nesse período deu passos importantes na relação com as diversas áreas do governo e também com os movimentos sociais. Como trabalha com uma política intersetorial, é seu papel dialogar com todos os ministérios e construir ações conjuntas. Porém, sabemos que as políticas de promoção da igualdade racial passaram a ser discutidas no âmbito do Estado brasileiro, principalmente no executivo, há pouquíssimo tempo. A relação com outros órgãos do governo federal trata-se, portanto, de um desafio político, pedagógico, orçamentário e de articulação, sempre com o cuidado, é claro, de não cometer ingerência na pasta de outro Ministério, mas buscando alternativas que assegurem novos avanços à pauta.

Como é o diálogo com os movimentos sociais? Quais as principais demandas que estão chegando desse público? Tudo que foi construído até

aqui foi fruto do debate e da participação dos movimentos sociais. E não será diferente agora. Eu não estou inventando a roda, estou dando continuidade a um trabalho que vem da nossa luta histórica e para isso conto com a importante escuta e diálogo com o nosso conselho consultivo, a saber, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), com os representantes da sociedade civil e do Movimento Negro, além de parlamentares negros e demais aliados da luta antirracista. Entre as prioridades da nossa gestão estão a implementação do Estatuto da Igualdade Racial e o combate à violência contra a juventude negra, que é uma demanda prioritária dos movimentos sociais, mas principalmente do movimento negro. Também pretendo realizar um diálogo mais próximo com o continente africano, principalmente, os países de língua oficial portuguesa.

Gostaria de registrar alguma recomendação para educadoras e educadores? Penso que os educadores e educadoras são profissionais responsáveis que sabem da importância social e política da sua atuação. Por isso, não necessitam de recomendações. Implementar a política de promoção da igualdade racial em todos os setores e, dentre eles, na educação, lutar pela superação do racismo e efetivar uma educação democrática e equânime que reconheça e respeite a todos na sua diferença é, para mim, um dever político de todos os cidadãos e cidadãs e, principalmente, daqueles que dedicam a sua vida e escolha profissionais a aceitar o desafio de ser professor(a). Devo a estes profissionais, dos quais faço parte, o meu mais profundo respeito.

Elas querem se ver mais

A moça da propaganda é muito diferente daquela que compra o produto. Por que a mídia insiste em retratar uma mulher que não existe?

Ela é jovem, bonita, loira, tem cabelos lisos, é heterossexual e... irreal. O modelo de mulher brasileira de bem com a vida e bem-sucedida no Brasil está longe de reproduzir a realidade do País. A mistura de raças e tipos demonstra que o que impera na população feminina é a diversidade - e não a homogeneidade de um estereótipo pré-estabelecido e imposto pela mídia.

Frequentemente, a mulher brasileira se depara, nos mais diversos meios de comunicação, com um tipo que oprime a mulher “real”, sendo obrigada a enfrentar situações em que é forçada a se identificar com o que a mídia define como adequado e repudiar aquilo que lhe é natural.

De acordo com o Instituto Patrícia Galvão, organização social sem fins lucrativos, fundada em 2001 e

primeira a atuar no campo do direito à comunicação e dos direitos das mulheres no País, o Brasil ainda está atrasado quando o assunto é mulher e mídia, embora destaque o grande salto que o Marco Civil da Internet representou, “garantindo algumas coisas boas e sendo visto como modelo a neutralidade da rede”.

Pesquisas revelam que as mulheres representam 52% da população brasileira e detém 85% das decisões de consumo. O Brasil é o 3º maior consumidor de cosméticos no mundo e, na realidade, convive com uma geração de mulheres frustradas por não corresponder ao modelo ideal de beleza.

“Estamos constantemente presentes para vender ou comprar, não para orientar ou influenciar. Em espaços como telejornais, representamos apenas 18% das informações,

aparecendo como testemunhas ou vítimas, e quase nunca como especialistas, segundo pesquisa internacional da Unesco”, revela Rachel Moreno, psicóloga e pesquisadora. Autora do livro *A imagem da mulher na mídia*, ela analisa a presença feminina nos veículos de comunicação e compara legislações de 12 países sobre a regulação da imagem da mulher na mídia.

Imagem distorcida

Na teledramaturgia, a mulher tem transitado entre os diversos papéis. Em, 2014, a Rede Globo lançou uma minissérie cujo nome suscitou debates acalorados nas redes sociais. “Sexo e as negas”, de Miguel Falabella, retratou o dia a dia de quatro amigas negras, vivendo numa favela do Rio de Janeiro.

“Por mais que as protagonistas sejam guerreiras, trabalhadoras



e que não levam desaforo para casa, no fundo elas só querem um homem para bancá-las e uma pensão alimentícia para garantir(?) o futuro”, avaliou o *site* Blogueiras Feministas. A série tentou ser uma versão brasileira de *Sex and the City*, seriado norte-americano que retrata também a vida de quatro amigas em Nova York.

“Porém, diferentemente do americano, em que sexo e homens eram alguns dos principais assuntos, mas todas as protagonistas tinham também carreiras profissionais e tornavam-se cada vez mais bem sucedidas em suas vidas, “O Sexo e as Negras” resume tudo a sexo e homens, inclusive o problema da mobilidade urbana e do transporte público”, revela o *site*.

Uma das mais recentes pesquisas realizadas, batizada de *Miss Understood*, em uma brincadeira com a palavra *miss* (senhorita), o verbo *to understand* (entender) e a expressão *misunderstood* (incompreendido) - coordenada pela agência Leo Burnett -, promoveu grupos de discussões em sete países: Brasil, México, Estados Unidos, Inglaterra, Índia, Japão e China (Leo Burnett, 2004). Foram ouvidas 180 mulheres das classes A

e B, entre 16 e 40 anos, que têm o hábito de ver TV e ler jornal e revistas. O levantamento quis saber o que a mulher gosta ou rejeita, e qual é o modo de se comunicar com ela.

O resultado, que tem uma década, mostrou que as mulheres não suportam enrolação, detestam ser retratadas por meio de estereótipos e valorizam, acima de tudo, o humor e a emoção. “A mídia, e particularmente a de concessão pública (como rádio e tv), em vez de servir ao interesse público, perfila-se do lado do interesse de anunciantes”, declarou Rachel.

As mulheres são bastante críticas aos padrões da publicidade e a pesquisa serve de advertência para criativos da publicidade de diversos países: elas se vêem com diferentes capacidades, desejos e instrumentais, para além do sexo, e, assim, rejeitam as propagandas que as reduzem a objeto sexual.

Outros países

O documentário “Mulheres brasileiras: do ícone midiático à realidade”, criado pelas organizações *Paz com Dignidad* e *Revista Pueblos*, da Espanha, expõe a relação entre esse padrão idealizado e as mulheres de

verdade. Entrevistas com ativistas e pesquisadoras indicam que, como toda a comunicação de massa brasileira é centralizada em poucos, a competição usa a figura feminina como ferramenta em busca de audiência. O mesmo se repete na publicidade, inclusive quando o produto é voltado para as mulheres.

Nos Estados Unidos há uma iniciativa chamada *The Representation Project* (therepresentationproject.org), que analisa como os veículos mostram as mulheres e pede apoio da sociedade para exigir uma mídia mais responsável. O projeto reforça que o estereótipo de gênero e a imposição de um padrão de beleza pela mídia e por propagandas sexistas não afetam apenas o sexo feminino.

No *site*, um resumo busca o esforço conjunto: “Há correlação direta entre consumo de mídia e auto-percepção: quanto mais horas de TV uma menina assiste, menos segura ela é sobre si mesma e menores são as chances que ela acha que tem na vida. Quanto mais horas um menino consome a mesma mídia, mais sexistas e violentos tornam-se seu ponto de vista e seu comportamento.”



Rachel Moreno

Psicóloga formada pela Universidade de São Paulo (USP), tem Mestrado em Meio Ambiente e Sociedade pela Fundação-Escola de Sociologia e Política de São Paulo e em Psicologia pela USP. É especialista em Sexualidade Humana (Sedes Sapientis).

Frente à mídia

Os jornais perdem assinantes, as receitas antes infalíveis da programação televisiva não mais fidelizam a audiência. As novas mídias e as redes sociais passam a ser cobicadas e silenciosamente invadidas pelos grandes meios. A geopolítica da comunicação se redefine e disputa o que antes parecia um quadro solidificado.

Nesta briga, vale disputar a preço de ouro o Clube dos 13, vale a sedução dos atores antes globais; o enfoque, ângulo e espetacularização da notícia, a banalização da violência, o apelo sexual.

Corpos femininos seminus nas capas dos jornais; estímulo explícito à violência e à erotização nos reality shows televisivos; programas de entretenimento brincando de cabra-cega, exigindo o reconhecimento dos participantes pelo tatear de suas bundas. E, finalmente, chega o carnaval, com uma sucessão de peladonas e vestidos, num jogo de mostrar e esconder o corpo durante a festa.

A visibilidade seletiva das “gostosas” faz valer as horas de sacrifício e malhação, de bronzeamento artificial, lipoaspirações, dietas e silicone - da súbita e instantânea notoriedade talvez decorra um contrato para a TV ou revista, para um desfile de modas ou para qualquer cargo ou função onde estes dotes possam ajudar. Ou simplesmente os 15 minutos de notoriedade que a sociedade de massas ensinou a valorizar.

Como educadora informal que é a mídia, com destaque especial para a TV, essa reiteração do modelo, tanto na programação normal quanto na publicidade - antes, durante e depois do carnaval - esse bombardeio diuturno de

imagens de beleza e sucesso, com espaços e visibilidade seletivas, é feito para capturar a atenção masculina, inocular um modelo de beleza e de delimitação de espaços e valores para mulheres e crianças, e vender os produtos de seus anunciantes.

Tem a função, a médio e longo prazo, na fase de globalização do capitalismo, de colonizar corações e mentes para vender produtos, serviços e valores, distribuindo - de brinde - interpretações favoráveis à manutenção do sistema.

Forjam o imaginário e contribuem para a formação da subjetividade desde a mais tenra idade. Pasteurizam os gostos, as culturas e o consumo, servindo aos monopólios e oligopólios. Invadem o terreno da formação da subjetividade e forjam o modelo aspiracional de homens, mulheres e crianças.

E como reagem as mulheres, do lado de cá da tela de TV?

As feministas saíram em bloco, na terça-feira de carnaval, dançando ao som da reiterada palavra de ordem “a nossa luta/ é por respeito/ mulher não é/ só bunda e peito”

E as mulheres comuns, o que pensam diante dessa imagem da mulher mostrada na mídia?

A pesquisa de fins de 2014 da Fundação Perseu Abramo, em parceria com o SESC, revela que 80% delas considera que tal exibição, além de desagradar, contribui para uma desvalorização e sub-julgamento geral da figura feminina. E, diante disso, a grande maioria (74%) se declara favorável a algum tipo de controle (governamental, do próprio mercado ou da sociedade) sobre o conteúdo exibido na programação e na publicidade da mídia.

Mas, ao lado desta percepção crítica, a pesquisa também mostra a dimensão do estrago provocado pela imposição monótona e autoritária destes estereótipos.

Bombardeadas pelo modelo de beleza inatingível, que as dezenas de produtos e procedimentos à venda não as fazem alcançar, as mulheres se mostram menos satisfeitas com a própria aparência que os homens, e se preocupam com o que consideram sobrepeso e barriga, bem como com os seios, como demonstra a pesquisa(*). Introjetaram o padrão de beleza imposto e a sua insatisfação cresceu nos últimos 10 anos - intervalo durante o qual a exigência da magreza aumentou.

“

Elas clamam por controle sobre o conteúdo da mídia, que vai muito além do decantado “controle-remoto-da-tv”

”

E, se a elas se destina a imagem e discurso da mídia do amor romântico, enquanto que, aos homens se vende a ideia da conquista-usufruto-descarte, isso não contribui para o descompasso entre as expectativas e satisfação no que se refere à sexualidade e amor? Ou será tão-somente decorrência de nossa natureza mais sensível e amorosa (cuidar da prole tem valor de sobrevivência) e da exigência maior por desempenho-trabalho-realização sobre os ombros masculinos cansados e culturalmente menos estimulados a expressar as suas emoções?

O mais estimulante no resultado desta pesquisa é esta explicitação da consciência crítica da significativa maioria das mulheres frente à mídia, mesmo que não se dêem ainda efetivamente conta de seu alcance pleno.

Dando um passo além, elas clamam por controle sobre o conteúdo da mídia, que vai muito além do decantado “controle-remoto-da-tv”.

A demanda das feministas e da Confecom, pelo controle público/social da mídia, em órgãos tripartite (como consagrado em outros fóruns de gestão compartilhada), responde a suas demandas manifestas na pesquisa com que a FPA nos brindou, em março de 2014.

É preciso ampliar a repercussão desta demanda – tarefa que cabe ao movimento social e à mídia não-atrelada. É preciso que as instâncias governamentais lhes dêem ouvidos e consequência, mesmo que com isso contrariem os interesses exclusivistas dos segmentos refratários da “grande mídia”, retomando e acelerando a discussão sobre o marco regulatório dos meios de comunicação e, particularmente dentro dele, do controle da imagem da mulher (e dos negros, dos movimentos sociais, de todos os demais segmentos discriminados, desrespeitados ou seletivamente invisibilizados).

Finalmente, para além da imposição de um pensamento único (falta de pluralidade na informação), de um modelo único de mulher (falta de diversidade), dos valores mais tradicionais (e compatível com a ideologia dominante), temos também a *banalização da violência* (ou a sua *espetacularização* quando envolve alguma figura mais conhecida), que vem reforçar e naturalizar a violência de gênero, quer através de sua reprodução acrítica, quer através do pretense humor, que a legitima.

O massacre midiático que antecedeu e acompanhou a última eleição, a perpetuação da *violência simbólica* que legitima e reproduz os estereótipos e preconceitos nos mostram com clareza os problemas que trazem e perpetuam, enquanto não se tomarem medidas para mudar o quadro e efetivamente democratizar os meios de comunicação.

Vamos à retomada, e ao avanço desta discussão?

“Elas clamam por controle sobre o conteúdo da mídia, que vai muito além do decantado “controle-remoto-da-tv”. Clamam pelo controle do governo. Mas também esperam um auto-controle da indústria e da sociedade civil”.

Elas fizeram história

Abolicionistas, sufragistas, feministas, socialistas ou simplesmente mulheres à procura de seu espaço em um mundo tradicionalmente dominado pelos homens. Incansáveis, não se abateram e nem abaixaram a cabeça para as regras que muitas vezes determinavam que o direito delas era simplesmente não ter direitos

No Brasil e no mundo, as mulheres fizeram a diferença em momentos-chave da história. Do império à atualidade, brasileiras têm protagonizado lutas por igualdade de gêneros, justiça social e avanço dos direitos civis. Algumas permaneceram no anonimato em sua luta silenciosa. Outras tiveram destaque e fizeram de suas trajetórias histórias que transformaram o País.

As mulheres de hoje colhem os frutos do espaço criado por essas brasileiras. Basta constatar que há menos de um século não tinham nem a metade dos direitos atuais, especialmente no que se refere à vida pública e política. Centenas de mulheres tiveram de lutar e se expor para ganhar terreno.

Ana Maria de Jesus Ribeiro da Silva é uma delas. De origem humilde, nascida em Laguna (SC), teve uma boa educação e casou-se jovem, aos 15 anos, com Manuel Duarte de Aguiar. Em 1837, durante a Revolução Farroupilha, conheceu Giuseppe Garibaldi, um dos principais líderes

do movimento que conquistara sua cidade natal.

Movida pela paixão por Giuseppe, Ana Maria abandonou o casamento infeliz para tornar-se **Anita Garibaldi**, considerada a “Heróina dos Dois Mundos”. Recebeu esse título por ter participado no Brasil e na Itália, ao lado de seu marido Giuseppe Garibaldi, de diversas batalhas. Lutou na Revolução Farroupilha (Guerra dos Farrapos), na Batalha dos Curitibanos e na Batalha de Gianicolo, na Itália.

Tão batalhadora e determinada quanto Anita, a única mulher incondiente, **Hipólita Jacinta Teixeira de Mello** teve participação ativa na Inconfidência Mineira, arriscando a própria vida pela causa da liberdade. Casada com o coronel Francisco Teixeira Lopes, promovia reuniões secretas na fazenda da Ponta do Morro onde morava, na antiga Vila Rica, hoje Ouro Preto. Incentivava a tomada de posição enérgica contra a exploração do povo e chegou a financiar algumas ações dos conjurados.

Filha de portugueses, era uma mulher rica e de vasta cultura. Muito bem informada sobre o que se passava, foi ela quem denunciou Joaquim Silvério dos Reis como delator aos companheiros e avisou em primeira mão, ao resto do grupo, que Tiradentes havia sido preso no Rio de Janeiro.

No Nordeste brasileiro, a escritora e avó do escritor José de Alencar, nascida em Exu, interior de Pernambuco, em 1760, **Bárbara Alencar** é outra brasileira que deixou sua marca na luta revolucionária. Considerada a primeira prisioneira política da História do Brasil, matriarca e conspiradora foi uma das primeiras mulheres de que se tem notícias a envolver-se na revolução de 1817. Participou de várias revoltas, de movimentos militares como a Revolução Pernambucana (1817) e da Confederação do Equador (1824), organizou-as e fez de sua casa um lugar de encontros. Presa, passou muitos anos em calabouços afirmando – segundo o dito popular – que “não queira ser rainha não! Queria ser rei!”



Anita Garibaldi



Bárbara Alencar



Maria Quitéria de Jesus



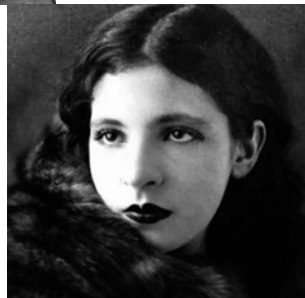
Nísia Floresta



Chiquinha Gonzaga



Patrícia Galvão (Pagú)



Rachel de Queiroz



Também nordestina, **Maria Quitéria de Jesus** lutou nos batalhões nacionalistas nas guerras de independência e não deve ser vista como mais uma exceção. Conta-se que comandou um batalhão de mulheres. Montava, caçava e manjava armas de fogo. Tornou-se soldado em 1822, quando o Recôncavo Baiano lutava contra os portugueses a favor da consolidação da independência do Brasil.

Na metade do século XIX, o ensino proposto só admitia meninas na escola de 1º grau, sendo que estudos de grau mais alto eram somente para meninos. A regra porém não deteve Nísia Floresta Augusta. Pioneira na luta pela alfabetização das meninas e jovens, fundou uma escola inovadora na cidade do Rio de Janeiro, marco na história da educação feminina no Brasil.

Primeira mulher brasileira a defender publicamente a emancipação feminina, também foi uma das pioneiras a publicar artigos em jornais de grande circulação. **Nísia Floresta** considerava que as diferenças entre os sexos são construções sociais e que não justificam a desigualdade. Achava que a educação era o primeiro passo para emancipação da mulher. Apoiou o movimento abolicionista e republicano.

No campo das artes, **Chiquinha Gonzaga** trocou o casamento pelo piano. Escandalizou com seus modos livres e fascinou senhores, que a agradeceram com o título de seu primeiro sucesso: Atraente.

Pianista em saraus e teatros, Chiquinha participava das “conferências-concerto” abolicionistas nas quais, após os discursos políticos, havia concertos de piano, atrizes dramáticas declamavam e cantoras

líricas entoavam árias contra a escravidão. Vendeu suas composições de porta em porta para alforriar um escravo músico, conhecido como Zé Flauta.

Militante comunista, Patrícia Galvão, a **Pagú**, foi presa por motivações políticas em 1931. Escritora, poeta, diretora de teatro, tradutora, desenhista e jornalista brasileira, embora tenha se tornado musa dos modernistas, tinha apenas 12 anos durante a Semana de Arte Moderna, da qual não fez parte. Em 1928 integrou o movimento antropofágico e, dois anos depois, aos 20, se casou com Oswald de Andrade, até então marido de Tarsila do Amaral, com quem teve um filho. Avançada para os padrões da época, fumava na rua, usava blusas transparentes e dizia palavrões, comportamento incompatível com sua origem familiar conservadora. Foi presa 23 vezes.

Em 1935 foi presa em Paris como comunista estrangeira, com identidade falsa, sendo repatriada para o Brasil. Com câncer, tentou o suicídio, mas morreu em 1962, vítima da doença.

Primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras e a ser premiada com o Prêmio Camões, **Rachel de Queiroz** foi tradutora, romancista, escritora, jornalista, cronista e importante dramaturga brasileira. Se envolveu com política e se interessou pelas questões sociais da sua terra de nascimento. Presa em 1937, em Fortaleza, acusada de ser comunista, teve exemplares de seus romances queimados.

A lista não para por aí: muitas outras caminharam por essa estrada, anônimas ou não, e muitas outras virão, porque a estrada é longa, mas não infinita.

Foto: Divulgando



◀ **Chega de fiu fiu**

Ninguém deveria ter medo de caminhar pelas ruas simplesmente por ser mulher. Mas infelizmente pouco se discute sobre o tamanho e a natureza do problema. A campanha Chega de Fiu Fiu foi criada pela Think Olga para lutar contra o assédio sexual em locais públicos, mas também se propõe a lutar contra outros tipos de violência contra a mulher. No site chegadefiufiu.com.br é possível denunciar esses assédios e enviar informações anonimamente.

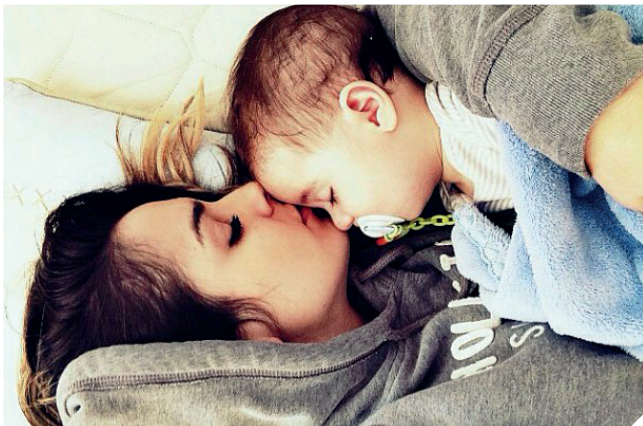
Galeria 100 vezes Cláudia ▶

A mulher arrastada pela Polícia Militar em 2014 tinha nome – Cláudia Silva Ferreira. A convite da Olga, diversos artistas elaboraram imagens para retratar Cláudia com mais carinho do que o sensacionalismo exposto na mídia. Acesse a galeria em thinkolga.com.



Foto: Confielara (criação de Fabiane Secches + Thiago Thomé)

Foto: wehantfi.com



◀ **Adolescente e mãe: no Brasil, 70% delas estão fora da escola**

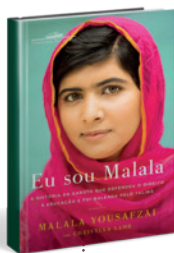
No mundo, 63 milhões de adolescentes entre 12 e 15 anos têm negado seu direito à educação, segundo um relatório divulgado em janeiro pelo Fundo da ONU para a Infância, Unicef e o Instituto de Estatísticas da Unesco. O documento afirma “estar claro” que meninas que engravidam têm a tendência de abandonar a escola, citando como exemplo o caso do Brasil. No País, mais de 70% das meninas entre 10 e 17 anos que se tornaram mães estão fora das salas de aula.

Pode entrar, a casa é sua ▶

Inaugurada em fevereiro, em Campo Grande/MS, a primeira Casa da Mulher Brasileira reúne assistência jurídica e médica para as vítimas de violência. O número de denúncias de agressão contra a mulher aumentou 40% em 2014. São mais de 1,3 mil queixas por dia no Brasil. No mundo, uma em cada três mulheres sofre violência conjugal e 7% das mulheres correm risco de ser vítimas de estupro ao longo da vida, segundo a OMS. A Casa é mais um esforço para superar as estatísticas de violência: em quatro anos, serão instaladas unidades em todas as capitais.



Foto: Gabriela Pavão/ G1 MS



Sugestões de livros

EU SOU MALALA | É a história da ativista paquistanesa Malala Yousafzai, que lutou pelo seu direito à educação, foi vítima de um atentado talibã e foi a pessoa mais jovem da história a receber o Prêmio Nobel da Paz. Autoras: Christina Lamb e Malala Yousafzai. Ed. Companhia das Letras, 2013.

BAKHITA – MULHER, NEGRA, ESCRAVA E SANTA | No final do séc. XIX, uma escrava sudanesa é resgatada por um cônsul italiano, se torna religiosa e vira santa. Para a África, Bakhita é esperança de libertação. Para a relação com o mundo muçulmano, ponte de diálogo. Para a raça negra, sinal do resgate da plena dignidade. Autor: Roberto Italo Zanini. Ed. Cidade Nova, 2002.

SEM LIBERDADE, EU NÃO VIVO – MULHERES QUE NÃO SE CALARAM NA DITADURA | Seis mulheres, diferentes histórias, inúmeras lembranças. Mulheres que viveram os anos de chumbo descrevem como o fato de ser mulher marcou a luta contra a repressão e a tortura de uma maneira peculiar e, muitas vezes, mais cruel. Autoras: Laura Beal Bordin e Suelen Lorianny. Ed. Compactos, 2013.

Sugestão de filmes e séries

O SORRISO DE MONALISA | (EUA, 2003, 125 min.) Direção: Mike Newell. A história passa em uma escola norte-americana conservadora dos anos 50, cuja ideologia era formar esposas, mães e donas de casa. A professora de história da arte propõe uma transformação.

A DAMA DE FERRO | (Reino Unido, 2012, 105 min.) Direção: Phyllida Lloyd. Antes de se posicionar e adquirir o status de verdadeira dama de ferro na mais alta esfera do poder britânico, Margaret Thatcher teve que enfrentar inúmeros preconceitos na função de primeiro-ministra do Reino Unido, em um mundo até então dominado por homens.

MAD MEN | (EUA, 2007 – presente) Produtores: Matthew Weiner e Scott Hornbacher. A série mostra a rotina das agências de publicidade na década de 1960, acompanhando as mudanças sociais, com foco em temas como sexismo, feminismo, adultério, homofobia, racismo e antisemitismo, tabagismo e alcoolismo.



Sugestão de vídeos

TED TALKS / CAMERON RUSSELL | Modelo conta um pouco da sua trajetória na indústria da moda e, sem medo, assume um olhar irônico para o setor que a fez parecer altamente sedutora quando mal tinha 16 anos. (Disponível em: www.ted.com)

BLUE EYED (OLHOS AZUIS) | A professora e socióloga americana Jane Elliott aplica workshops sobre racismo para adultos e tenta colocar as pessoas de olhos azuis no lugar de uma pessoa negra por um dia. O objetivo é fazer com que os brancos sintam, na própria pele, o sofrimento provocado pelo preconceito racial. (Disponível em: vimeo.com)

GLOBO EDUCAÇÃO / DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA (04/06/2011) | O programa discute homofobia, sexualidade, gênero, homossexualidade, transexualidade, preconceito e educação. Participação especial do Projeto Diversidade Sexual na Escola da UFRJ. (Disponível em: www.youtube.com.br)



Sugestão de sites

EU SOU PELAS MULHERES INDÍGENAS | Criada pela ONG Thydêwá, é uma Rede Multiétnica e Pluricultural que busca melhorar a realidade das mulheres indígenas e criar imagens positivas para Brasil e para o mundo. (www.mulheresindigenas.org)

BLOGUEIRAS NEGRAS | Site e grupo de discussão com o objetivo de difundir a produção de artigos sobre feminismo negro, racismo, saúde e beleza, artes. Aberto à participação das mulheres negras e afrodescendentes, que podem enviar textos para serem publicados. (blogueirasnegras.org)



- ➔ **MULHERES INDÍGENAS** | Inicie uma conversa com a turma abordando o papel das mulheres indígenas na sociedade.
- ➔ **VIOLÊNCIA CONTRA MULHER** | Faça um levantamento em jornais, revistas e sites de casos de violência contra a mulher. Você utilizará manchetes com pequenas explicações dos fatos e algumas falas significativas da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Depois inicie a discussão fazendo com que os alunos reflitam sobre o assunto.
- ➔ **REALIDADE DAS DROGAS** | Discuta com a turma sobre como a droga sintética ganhou espaço entre os jovens e a como os artistas são modelos no uso dessas substâncias.
- ➔ **MERCADO DE TRABALHO** | Solicite aos alunos que pesquisem mulheres que lutaram para alcançar um lugar no mercado de trabalho (antes dominado pelos homens). Num segundo momento, peça para que eles falem sobre a importância das mulheres conquistarem seus espaços na sociedade.
- ➔ **MULHERES NA POLÍTICA** | Peça para cada aluno pesquisar três mulheres que se destacaram na política nacional ou internacional, mencionando seus trabalhos e trajetória no meio, e apresentar os resultados à turma.
- ➔ **IGUALDADE** | Faça uma lista com a turma dos principais grupos conhecidos, tais como homens e mulheres, negros e brancos, heterossexuais e homossexuais, idosos e jovens etc. Divida a turma e peça para que pesquisem o que um pensa sobre o outro em uma palavra (o que homens pensam sobre as mulheres, por exemplo). Os alunos devem entrevistar e fotografar 3 pessoas de cada grupo e organizar as respostas em uma tabela.
- ➔ **MULHERES NA MÍDIA** | Solicite aos alunos que durante alguns dias observem os comerciais de TV, novelas e programas de entretenimento e destaquem como a mulher é tratada na mídia. Depois discutam sobre o perfil “mulher perfeita” imposto à sociedade.
- ➔ **DIVERSIDADE** | Converse com a turma sobre os movimentos de diversidade sexual (LGBT) e sua importância histórica. Em seguida, proponha que eles realizem um debate na escola com um ou mais representantes desses movimentos.
- ➔ **MULHERES NA JUSTIÇA** | Estimule os alunos a pesquisarem mulheres que marcaram presença na justiça nacional e internacional.
- ➔ **GRAVIDEZ TARDIA** | Peça para os alunos pesquisarem sobre os riscos que a mulher e o bebê correm com uma gravidez tardia e façam uma discussão na sala de aula.



DIREÇÃO EXECUTIVA DA CNTE - GESTÃO 2014/2017

Roberto Franklin de Leão (SP) - Presidente
 Milton Canuto de Almeida (AL) - Vice-Presidente
 Antonio Lisboa Amâncio Vale (DF) - Secretário de Finanças
 Marta Vanelli (SC) - Secretária Geral
 Fátima Aparecida da Silva (MS) - Secretária de Relações Internacionais
 Heleno Araújo Filho (PE) - Secretário de Assuntos Educacionais
 Gilmar Soares Ferreira (MT) - Secretário de Formação
 Selene Michelin Rodrigues (RS) - Secretária de Assuntos Municipais
 Marilda de Abreu Araújo (MG) - Secretária de Organização
 Antonio Marcos Rodrigues Gonçalves (PR) - Secretário de Políticas Sociais
 Joel de Almeida Santos (SE) - Secretário de Imprensa e Divulgação
 Francisco de Assis Silva (RN) - Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos
 Ísis Tavares Neves (AM) - Secretária de Relações de Gênero
 Rui Oliveira (BA) - Secretário de Política Sindical
 Maria Antonieta da Trindade (PE) - Secretária de Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação
 Zezinho Prado (SP) - Secretário de Direitos Humanos
 Joaquim Juscelino Linhares Cunha (CE) - Secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários
 Iêda Leal de Souza (GO) - Secretária de Combate ao Racismo
 Edmilson Lamparina (DF) - Secretário de Funcionários(as) da Educação

SECRETARIA EXECUTIVA

Alvisio Jacó Ely (SC)
 Antonio Júlio Gomes Pinheiro (MA)
 Berenice D'Arc Jacinto (DF)
 Candida Beatriz Rossetto (RS)
 Claudir Mata Magalhães (RO)
 Cleiton Gomes da Silva (São Paulo/SP)
 José Valdivino de Moraes (PR)
 Lirani Maria Franco (PR)
 Marco Antonio Soares (SP)
 Maria Madalena Alexandre Alcântara (ES)
 Rosana Sousa Nascimento (AC)
 Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)

SUPLENTES

Beatriz da Silva Cerqueira (MG)
 Carlos Lima Furtado (TO)
 Elson Simões de Paiva (RJ)
 Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)
 João Alexandrino de Oliveira (PE)
 Maria da Penha Araújo (João Pessoa/PB)
 Marilene dos Santos Betros (BA)
 Miguel Salustiano de Lima (RN)
 Nelson Luis Gimenes Galvão (São Paulo/SP)
 Suzane Barros Acosta (Rio Grande/RS)
 Rosilene Correa Lima – SINPRO (DF)
 Ruth Oliveira Tavares Brochado (DF)
 Veroni Salete Del'Re (PR)

CONSELHO FISCAL - TITULARES

José Teixeira da Silva (RN)
 Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva (CE)
 Flávio Bezerra da Silva (RR)
 Antonia Benedita Pereira Costa (MA)
 Gilberto Cruz Araujo (PB)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Rosimar do Prado Carvalho (MG)
 João Correia da Silva (PI)
 João Marcos de Lima (SP)

CNTE » SDS » Edifício Venâncio III » Salas 101/106 » Brasília-DF » CEP: 70393-900
 Tel.: (61) 3225.1003 » Fax: (61) 3225.2685 » cnte@cnte.org.br » www.cnte.org.br

Coordenação da Revista Mátia: Isis Tavares Neves » Secretária de Relações de Gênero da CNTE

Redação e Edição: Frisson Comunicação

Direção Executiva: Ana Paula Messeder

Jornalista Responsável: Katia Maia (Mtb: DF 1708 JP)

Edição: Amanda Vieira, Ana Paula Messeder e Katiúscia Sotomayor

Revisão: Katiúscia Sotomayor

Reportagem: Ana Paula Domingues, Karina Vilas Boas, Kátia Maia, Marcionila Teixeira e Vivian de Albuquerque

Fotografia: Arquivo Mátia

Ilustrações: Chico Régis

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Noel Fernández Martínez

Capa: Bruno Soares

Colaboração: Rayssa Coimbra e Ana Paula Silva

Impressão: Gráfica e Editora Positiva

Tiragem: 20 mil exemplares

ACOMPANHE A CNTE NAS MÍDIAS SOCIAIS



[/cntebrasil](http://cntebrasil)



[@cnte_oficial](https://twitter.com/cnte_oficial)



<http://wn.com/cntecutie>



A Flor e a Náusea

Carlos Drummond de Andrade

*Preso à minha classe e a algumas roupas, vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias, espreitam-me.
Devo seguir até o enjôo?
Posso, sem armas, revoltar-me?*

*Olhos sujos no relógio da torre:
Não, o tempo não chegou de completa justiça.
O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera.
O tempo pobre, o poeta pobre
fundem-se no mesmo impasse.*

*Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e códigos.
O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.*

*Vomitam este tédio sobre a cidade.
Quarenta anos e nenhum problema
resolvido, sequer colocado.
Nenhuma carta escrita nem recebida.
Todos os homens voltam para casa.
Estão menos livres mas levam jornais
e soletram o mundo, sabendo que o perdem.*

*Crimes da terra, como perdoá-los?
Tomei parte em muitos, outros escondi.
Alguns achei belos, foram publicados.
Crimes suaves, que ajudam a viver.
Ração diária de erro, distribuída em casa.
Os ferozes padeiros do mal.
Os ferozes leiteiros do mal.*

*Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.*

*Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralisem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.*

*Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.*

*Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.*



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br



Filiada à

